

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Julho de 2008

Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

A deslegitimação da política e o estranhamento do mundo - Roberto Efrem Filho – Agência Carta Maior – 01/07/2008	5
Governo proíbe crédito a dez mil propriedades irregulares - Maurício Thuswohl – Agencia Carta Maior – 02/07/2008	7
Incra desconhece situação fundiária de áreas da Amazônia – Sítio eletrônico do MST – 02/07/2008	8
“Relatório do MP é inconstitucional”, diz ministro da Justiça – Sítio Eletrônico do MST – 04/07/2008	9
Teologia da Libertação: Um olhar pastoral – Sítio Eletrônico da CPT – 07/07/2008	9
Invasões de sem-terra passam de 7.500 em 19 anos, aponta estudo – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Brasil - 07/07/2008	11
Governo assenta no Norte, onde problema é menor – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Brasil - 07/07/2008	13
Ocupações vão continuar, garante Stédile – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Brasil - 07/07/2008	13
Por dia, estrangeiro compra "6 Mônacos" de terra no país – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 07/07/2008	15
Corretor diz que busca por terra aumentou – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 07/07/2008	16
Legitimidade democrática MST e ONGs de plantão fingem indignação, mas sabem o que estão fazendo – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 07/07/2008	17
Após confronto no Pará, 1 PM e 11 sem-terra ficam feridos – Folha de São Paulo – Brasil - 08/07/2008	18
Blitz do trabalho apura infrações em cultivos de feijão e limão em SP – Claudia Rolli – Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/07/2008	19
Criminalização dos movimentos sociais é debatida na Câmara – Sítio Eletrônico do MST – 08/07/2008	20
ATOS EM SOLIDARIEDADE AO MST ACONTECEM EM DIVERSOS ESTADOS – Sítio eletrônico do MST – 08/07/2008	20
Senado autoriza aumento para área de uso rural na Amazônia – Sítio Eletrônico da CNA - 10/07/2008	21
Na Câmara, Chico Alencar defende MST - Cristiane Jungblut – O Globo – O País – 10/07/2008	22
Começa regularização de terras na BR-163 – Sítio Eletrônico do MDA – 11/07/2008	23
Para economista, índio não quer depender do Estado – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Brasil - 13/07/2008	24
MST briga com agricultores por usina em PE - Letícia Lins – O Globo – O País – 13/07/2008	25
Incra e Exército fiscalizam terras no Pará – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Brasil - 14/07/2008	26
Entidade alerta para perseguição a MST – Estado de São Paulo – Brasil - 14/07/2008	27
Liberdade de escolha – Denis Lerrer Rosenfield – Folha de São Paulo – Opinião - 14/07/2008	27

Grilagem na Amazônia agora é lei – Sítio Eletrônico do MST – 15/07/200829

Segunda Quinzena

Sem-terra fecham estrada em MT – Estado de São Paulo – Nacional – 16/07/2008.....	30
Derrota de um estilo – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 19/07/2008.....	30
Preço da terra avança 17% em 12 meses – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro - 19/07/2008	31
Roraima e o Brasil – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 21/07/2008	32
Preço da terra segue em alta no país – Valor Econômico – Agronegócio - 21/07/2008.....	34
Sem-terra invadem prédios do Incra em sete Estados – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 22/07/2008	35
Experiência da CPT atrai bispos sul-africanos – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 22/07/2008	36
Sem-terra invadem sede do Incra em seis Estados – Folha de São Paulo – Brasil – 22/07/2008.....	37
REDUZIR 50% DO DESMATE CUSTARIA ATÉ US\$ 28 BILHÕES – Folha de São Paulo – Ciência – 22/07/2008.....	37
Sem-terra ocupam banco em São Paulo – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 23/07/2008	38
O MST no 'curral' da Rocinha - Aduari Antunes Barbosa e Flávio Tabak – O Globo – O País – 24/07/2008	39
Encontro da Via Campesina começa sob protesto de fazendeiros no PR – José Maschio – Folha de São Paulo – Brasil – 24/07/2008	41
MST volta a criticar ação da Brigada Militar no RS – Clarissa Pont – Carta Maior – 25/07/2008.....	41
Justiça do Pará condena MST a indenizar Vale em R\$ 5 milhões – Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 25/07/2008.....	43
Grupo monta acampamento na sede gaúcha do Incra – Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 25/07/2008	44
Caravanas seguem hoje para Prudente – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 25/07/2008	46
'Punição tem fundamento. Sem-terra fugiram do foco' – Guilherme Scarance – Estado de São Paulo – Nacional – 25/07/2008.....	46
'Trabalhador rural não terá nunca como pagar' – Guilherme Scarance – Estado de São Paulo – Nacional – 25/07/2008	47
Líderes sem-terra levam multa de R\$ 5,2 mi – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 25/07/2008	48
MST diz que Rainha não representa o movimento – O Globo – O País – 25/07/2008	49
MST é multado por invadir ferrovia da Vale - O Globo – O País – 25/07/2008	50
MST desautoriza Rainha na Rocinha - Cristiane Agostine – Valor Econômico – Política - 25/07/2008.....	50
Os sem-terra em Genebra – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/07/2008.....	51
MST invade fazenda de Dantas no Pará – Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 26/07/2008	53

Sem-terra ocupam cartório – Ricardo Rodrigues, José Maria Tomazela e Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 26/07/2008.....	54
Promotores negam querer fim do MST – Elder Ogliari - Estado de São Paulo – Nacional – 26/07/2008.....	55
Sem-terra invadem fazenda do grupo de Dantas no Pará – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 26/07/2008	56
Agropecuária repudia invasão e afirma que fazenda é "a mais produtiva do Pará" – Folha de São Paulo – Brasil – 26/07/2008	57
MST invade fazenda produtiva de Daniel Dantas - Henrique Gomes Batista – O Globo – O País – 26/07/2008	58
Grupo de Dantas repudia ocupação de fazenda no PA – O Globo – O País – 26/07/2008..	58
Dirigente do Ibama deu motosserras a camponeses – Evandro Éboli – O Globo – O País – 27/07/2008.....	59
Agora a questão é ambiental - Henrique Gomes Batista – O Globo – Economia – 27/07/2008.....	60
A aquisição de terras por estrangeiros no país - Márcio Mattos de Oliveira – Valor Econômico – Legislação e Tributos - 28/07/2008.....	62
A Universidade do MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações - 29/07/2008	64
Aliados tentarão blindar estrutura de ensino do MST – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional - 29/07/2008	65
Falso assentado garante vaga – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional - 29/07/2008.....	66
FETRAF-SUL ENVIA A GOVERNADORA DO RS CARTA DE APOIO AO MST - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 30 de junho de 2008	67
Ministro recebe institutos estaduais de terras – Sítio Eletrônico do MDA – 30/07/2008.....	68

A deslegitimação da política e o estranhamento do mundo - Roberto Efrem Filho –
Agência Carta Maior – 01/07/2008

A criminalização dos movimentos sociais opera um movimento de deslegitimação dos sujeitos coletivos. Ao chamar o MST de criminoso, está-se a dizer que sua atividade, ou pior, o seu ser coincide com um crime. O reconhecimento do direito à terra como um direito humano e a reforma agrária deixam de ser propostas políticas para se tornarem associações à criminalidade. A análise é de Roberto Efrem Filho.

Os últimos acontecimentos no Rio Grande do Sul, envolvendo tanto as relações entre o Ministério Público e o MST, como aquelas entre os movimentos sociais e o Governo Yeda Crusius, expressam dois fenômenos cuja raiz histórica é a mesma: a marginalização da política no próprio debate político e a imposição do crime como seu cerne. Se, de um lado, a criminalização dos movimentos sociais agride as pautas da esquerda, do outro, permitir que a corrupção se torne um tema central para a esquerda pode reproduzir nela uma postura punitiva repleta de contradições. Explico.

Nas faculdades de direito, o crime é habitualmente definido como um fato típico, antijurídico e culpável. Sigamos por partes, mesmo que superficialmente. “Típico” é o comportamento que se amolda ao tipo penal, ou seja, ao que está legalmente previsto como crime. Todo fato típico se presume “antijurídico”, o que significa ser ele uma conduta contrária ao ordenamento jurídico. É possível, no entanto, que o fato seja típico, mas não antijurídico. É, por exemplo, o que acontece na legítima defesa, em que o sujeito comete o ato típico movido por um motivo tal capaz de eliminar a antijuridicidade. Por fim, o “culpável” se refere ao juízo de censura sobre a manifestação da vontade do autor de um fato típico e antijurídico. Em outras palavras: a um adolescente de 15 anos não pode recair a responsabilidade que se atribuiria a alguém adulto.

O que nas faculdades de direito não se costuma pronunciar – e que também não consta nos códigos – é que o crime, além de ser um fato típico, antijurídico e culpável (coisa que só faz realmente sentido pra jurista) é algo classista, racista e machista. Está em sua historicidade a defesa do patrimônio e, conseqüentemente, de quem o detém. Verifica-se com facilidade a enorme quantidade de normas protetoras da propriedade presentes no Código Penal. A relevância garantida pelo ordenamento a essas normas se torna ainda mais evidente quando as comparamos às normas protetoras do direito à vida. As penas daquelas são as mesmas destas, senão maiores. Ao ato de furtar um veículo em Pernambuco e levá-lo para a Paraíba (Art. 155, §4º do CP) pode-se aplicar uma pena superior a do ato de matar alguém (Art. 121 do CP).

Percorre o senso comum a afirmação segundo a qual “só quem vai para a cadeia é pobre e preto”. A não ser que se admita o pressuposto - silencioso, mas eficaz - de que as pessoas negras e pobres são “naturalmente mais desonestas”, há de se notar a quem o direito penal se dirige diretamente. O crime, portanto, pode até ser um fato típico jurídico e culpável, entretanto, bem provavelmente, só será mesmo tudo isso se for ele impingido contra alguém pobre, negro e homem. Sim, “homem”, dado ser ao homem, notadamente ao homem jovem, que o modelo de masculinidade hegemônica dita o exercício da violência.

Pois bem. É diante desse “crime” que o Estado pratica aquilo o direito chama de violência legítima: a polícia prende. De fato, a polícia bate, tortura, prende e, inúmeras outras vezes, tortura, mas ficarei só com o “prende” para considerar de antemão a lei. Esta, por sua vez, deve ser aplicada pelo Poder Judiciário de forma imparcial no julgamento do fato. Tal “imparcialidade” teria o condão de afastar a política e os valores. Segundo a tradição jurídica, relevantes são o fato e o direito, nada mais. É exatamente aqui que eu gostaria de chegar.

A criminalização dos movimentos sociais opera um movimento de deslegitimação dos sujeitos coletivos. Ao chamar o MST de criminoso, está-se a dizer que sua atividade, ou pior, o seu ser coincide com um crime. Crime, sendo típico, antijurídico e culpável, deve ser julgado com “imparcialidade” pelo Judiciário. Se o MST é caso de polícia e de “Justiça”, definitivamente não é possível tê-lo como um agente político legítimo, cuja expressão deve ser respeitada. Fechado está o ciclo, desse modo: o MST vai preso e, a partir daí, a democracia se realiza saudavelmente. É de se notar ademais que a criminalização do MST vai além do Movimento, atingindo sobremaneira suas causas e reivindicações. O reconhecimento do direito à terra como um direito humano e a reforma agrária deixam de ser propostas políticas para se tornarem associações à criminalidade.

Algo análogo se dá com a corrupção. Os meios de comunicação de massa têm trazido à tona escândalos atrás de escândalos. São cartões e dossiês, sanguessugas e mensaleiros. A corrupção ocupa manchetes e primeiras páginas. Aqui, no entanto, mais do que deslegitimar certos sujeitos coletivos, movimentos sociais ou partidos políticos, fere-se a esfera política como um todo: “política é coisa de ladrão”. O resultado é a desesperança: “este país não tem jeito”. Isso, ao tempo em que se espera do Poder Judiciário imparcial que cumpra ele sua função de punir os responsáveis pelos fatos denunciados pela mídia imparcial. Novamente, fecha-se o ciclo.

É certo que a ficção da imparcialidade cumpre nesse processo seu papel. Ela despolitiza o Judiciário e também a mídia, permitindo que eles colaborem com a despolitização dos movimentos e da própria política, ambos anulados como caminhos para a transformação do mundo. Reproduz-se daí um estranhamento, restando inviabilizada qualquer alternativa ao estabelecido. Na criminalização dos movimentos isso é latente. Cala-se a voz do outro, nega-se a alteridade, o dissenso, presume-se o consenso, o inevitável, o natural.

Basicamente, embora eu reconheça os limites deste breve texto, é no contexto descrito acima em que reside o perigo de a esquerda se utilizar de “escândalos” – os do Governo de Yeda Crusius, por exemplo – como bandeiras suas para revidar a criminalização por ela historicamente sofrida. Por mais que as denúncias dos crimes cumpram uma função de desmistificação da imagem “pura e ética” usualmente atribuída a certos partidos, como o da Governadora em questão, não devem ser elas o centro do debate. De outra forma, repetir-se-ia e respaldar-se-ia pelas mãos da esquerda a despolitização tradicionalmente conduzida pelas classes dominantes, responsável pela criminalização não só do MST, mas da luta, da classe trabalhadora, da práxis libertadora e – sem dúvida – do sonho. **Roberto Efrem Filho é mestrando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco.*

Governo proíbe crédito a dez mil propriedades irregulares - Maurício Thuswohl –
Agencia Carta Maior – 02/07/2008

Entrou em vigor a resolução do Banco Central que enquadra milhares de proprietários de terras nos 36 municípios campeões do desmatamento na Amazônia. A suspensão do crédito atinge aqueles que não fizeram recadastramento junto ao Incra. Ruralistas criticam decisão.

RIO DE JANEIRO – Motivo de intensa disputa política entre ruralistas e ambientalistas, dentro e fora do governo, entrou em vigor na terça-feira (1) a resolução do Banco Central que impede os proprietários de terra na Amazônia que estejam em situação irregular de receber créditos e financiamentos oriundos de bancos públicos ou privados. Ao fim do recadastramento realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), se encontram em situação de ilegalidade todos aqueles proprietários que não apresentaram os documentos pedidos pelo governo e, em consequência, tiveram seu Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) suspenso ou cancelado.

Foram convocados ao recadastramento 15.400 proprietários _ com terras acima de 350 hectares _ nos 36 municípios que, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), são os campeões do desmatamento na Amazônia. Desse total, apenas 3.080 propriedades foram consideradas em situação regular pelo Incra, enquanto outras duas mil ainda se encontram em processo de análise. As demais, que somam mais de dez mil propriedades, passam a ser consideradas irregulares pelo governo. A maioria dos proprietários dessas terras sequer se apresentou ao Incra para realizar o recadastramento.

Uma vez que o trabalho do Incra foi concentrado somente em 36 municípios e, como se sabe, a Amazônia engloba 535 deles, é fácil deduzir que a posse das terras da região continua sendo um dos maiores mistérios brasileiros. Na área da Amazônia Legal, estão registradas 540 mil propriedades rurais e, se todas fossem submetidas a um recadastramento, provavelmente se chegaria a um número espantoso de propriedades ilegais, como reconhece o próprio instituto: “É impossível precisar, se levarmos em conta toda a Amazônia, quantas propriedades estão em situação irregular”, diz o diretor de Estrutura Fundiária do Incra, Richard Troisiano.

Um estudo divulgado esta semana pelo Incra revela que o governo não identifica os proprietários de 14% das terras na Amazônia Legal, o que representa uma área de 710 mil quilômetros quadrados, equivalente aos territórios de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul somados. O estado campeão das “terras sem dono” é o Pará, com quase 289 mil quilômetros quadrados sem proprietários reconhecidos pelo Incra: “Existe uma parte da Amazônia onde não sabemos quem está lá”, diz o presidente do instituto, Rolf Hackbart, ressaltando que o Incra precisa de “mais investimentos, pessoal e equipamentos”.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, apresentará os resultados do levantamento realizado pelo Incra ao ministro da Secretaria de Assuntos de Longo Prazo, Roberto Mangabeira Unger, durante reunião ainda sem data confirmada, mas que deve acontecer até a semana que vem. Mangabeira Unger pretende utilizar esses e outros dados para o embasamento das ações do Plano Amazônia Sustentável (PAS) que,

por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é coordenado pelo ex-professor de Harvard.

Ruralistas reagem - A resolução do Banco Central foi recebida com amargura pelos representantes do agronegócio e pelos parlamentares da bancada ruralista no Congresso Nacional. A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) já anunciou que, nos próximos dias, tentará obter um mandado de segurança coletivo, com pedido de liminar contra o presidente do BC, Henrique Meirelles, que assinou a resolução do conselho: “O agronegócio é o setor da sociedade que mais precisa de crédito para produzir. Se essa medida for levada adiante, vai ter inflação”, ameaça.

A Confederação Nacional de Agricultura (CNA), por intermédio do presidente de sua Comissão de Meio Ambiente, Assuero Veronez, também já se manifestou contra a resolução do Banco Central: “A medida é desastrosa e vai provocar aumento de preços. A culpa é exclusiva do poder público, que não regulamentou antes essas terras e, agora, confundiu proteção ao meio ambiente com questão fundiária”, afirmou Veronez, em entrevista ao jornal *O Globo*. Apesar das reclamações, os ruralistas já conseguiram uma importante vitória, que foi a retirada das propriedades que também se estendem ao bioma Cerrado da lista de recadastramento do Incra. Bancada pela pressão política comandada pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, e pela líder da bancada ruralista no Congresso, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), essa decisão do governo agradou aos baluartes do agronegócio, mas deixou ainda mais vulnerável um bioma que tem para o Brasil uma importância tão grande quanto a própria Amazônia.

Incra desconhece situação fundiária de áreas da Amazônia – Sítio eletrônico do MST – 02/07/2008

Um levantamento concluído pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) revelou que o órgão desconhece uma área de aproximadamente 710 mil quilômetros quadrados dentro da Amazônia Legal. Esta área equivale ao tamanho dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná juntos. O Instituto ainda não sabe se este território está nas mãos de posseiros ou grileiros.

A maior parte das terras desconhecidas está no Pará. O levantamento do Incra foi feito com a ajuda de imagens de satélite. As imagens, de acordo com o órgão, geram dúvidas sobre algumas manchas negras localizadas na mata, que podem ser focos de desmatamento, ou não.

O Incra pretende fazer a regularização fundiária, regularizar os documentos, afastar os grileiros e dar uma destinação a essas áreas. Essas poderão ser transformadas em reservas ambientais, assentamentos ou serem incluídas no eixo de desenvolvimento da economia local. Dos 710 mil quilômetros quadrados de áreas desconhecidas, o governo pretende concluir o trabalho em pelo menos 200 mil quilômetros quadrados até o final deste ano.

“Relatório do MP é inconstitucional”, diz ministro da Justiça – Sítio Eletrônico do MST – 04/07/2008

O ministro da Justiça, Tarso Genro, classificou o documento do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que determina a dissolução do MST, como inconstitucional e sustenta que não há necessidade de leis específicas para os movimentos sociais, em entrevista ao *Correio do Povo*.

Tarso disse que o documento “tenta recuperar de forma extemporânea, fora da Constituição de 1988, um conjunto de princípios que estão mais vinculados ao conceito de segurança nacional da época do regime militar do que à segurança do Estado democrático de direito”. “Seria uma temeridade transformar uma questão de ordem pública, como são as eventuais ocupações do MST em propriedades privadas, em questões relacionadas com a segurança do Estado. Iniciaríamos um processo de criminalização preliminar de movimentos sociais que não cabe dentro da Constituição”, acredita o ministro.

Para ele, “o regramento às ações do MST, como para qualquer movimento social no Brasil, já está dado pela Constituição”.

Teologia da Libertação: Um olhar pastoral – Sítio Eletrônico da CPT – 07/07/2008

1. Esses tempos um texto de Clodovis Boff suscitou um intenso debate sobre a Teologia da Libertação. Suas afirmações, entretanto, também abrangem o campo pastoral, inclusive das Pastorais Sociais. Extremamente contundentes, não deixam de provocar pessoas – que como eu – há décadas trilham os caminhos das Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais Sociais. Imagino que devem ter impactado muitos outros que também fazem esse percurso. Quero comentar apenas alguns aspectos que me parecem mais chaves, utilizando suas frases de forma aproximada, não exatamente literal.

De Clodovis, além dos livros e textos, guardo a imagem de muitos anos atrás, quando ele esteve várias vezes aqui na Diocese de Juazeiro para nos assessorar. Duas frases suas são inesquecíveis para mim: “o pobre é o único sacramento realmente universal”. A segunda, dita em uma das palestras: “temos que ser bons de luta e bons de oração”.

O texto de Clodovis causou polêmica por uma afirmação central: “há um erro fundamental – quicá mortal - na Teologia da Libertação que deriva para uma pastoral também errônea”. O erro teológico fundamental seria: “o centro da fé cristã é o Cristo, não o pobre”. Por conseqüência, a pastoral tem que partir do Cristo, não do pobre. Afirma ainda que “o ser cristão implica em ir ao pobre, mas ir ao pobre não implica necessariamente em ir ao Cristo”.

2. Como experimentamos essas afirmações na prática pastoral? Não há dúvida que para um cristão, que fez a experiência do “encontro com o Cristo”, o Cristo vem em primeiro. Para quem recebeu o privilégio da experiência pessoal das mãos de Deus esse é o ponto fundamental de partida. Mas não é verdade pastoral que ao “encontrar o Cristo os cristãos irão automaticamente ao pobre”. A América Latina, com seus milhões de pobres e oprimidos, é a prova dos nove que muita gente – se não estiver mentindo -, faz a experiência do Cristo, mas nem por isso vai ao pobre. Muito menos vão às raízes das

injustiças estruturadas e estruturantes, foco principal da reflexão teológica e da prática pastoral de libertação.

Por outro lado, fazemos pastoralmente a experiência concreta que, muitas pessoas distantes da religião, do cristianismo, encontraram ou reencontraram sua fé a partir do engajamento prático junto aos pobres. Foi a partir dos pobres, do testemunho de cristãos engajados junto a eles, que conseguiram ver o rosto do Cristo.

Ainda mais, se para os cristãos o Cristo é o ponto de partida, não o é para a grande maioria da humanidade. Para esses, segundo a revelação bíblica, o Cristo, mais que “ponto de partida”, é o “ponto de chegada”. A revelação bíblica nos ensina, sobretudo a partir do capítulo 25 de Mateus, que pessoas podem fazer seu percurso histórico “sem nunca terem ouvido falar do Cristo”, mas podem encontrá-lo no “momento decisivo”. Vão se surpreender em tê-lo conhecido, mesmo sem o conhecer. Um texto tão chave não pode ser acusado simplesmente de “garimpagem bíblica”.

Clodovis, ao determinar um ponto único de partida, o Cristo, fecha portas que o próprio Deus nos abriu pela revelação bíblica. O Deus bíblico parece muito mais generoso, muito mais ecumênico, muito mais misericordioso que o Deus desse raciocínio teológico.

3. Segundo ele, um erro pastoral derivado do erro teológico se materializa nas pastorais sociais. Fala em sua onguiação. O risco é real. Uma pastoral social que não cultiva “a luta e a oração”, corre mesmo o risco de se tornar uma Ong. Mas, quando ele generaliza, se torna injusto. Há multidões de agentes pastorais suportando o peso duro da cruz de cada dia para estar a serviço dos pobres, alimentados pela fé no Cristo, pela oração e pela opção real de vida que fizeram. As próprias comunidades, as que restaram, prosseguem suas lutas por melhores condições de vida fundadas e alimentadas por sua fé. Muitos morreram por sua opção. Portanto, temos muitos erros e falhas, mas é bom lembrar que, em nenhum momento da Igreja, ela foi totalmente fiel ao seu fundador. Não pode cobrar de nós o perfeccionismo que jamais existiu.

4. Há uma crítica ao catolicismo popular, devocional, como inconsistente. Oras, a região onde esse catolicismo é mais enraizado é exatamente no Nordeste. Exatamente aqui o catolicismo permanece menos vulnerável, estatisticamente mais numeroso. E não falta TV de todas as matizes religiosas para fustigar a fé do povo. O esvaziamento católico se deu nos grandes centros, onde a Igreja não soube estar no meio das multidões perdidas nas periferias. Os evangélicos pentecostais souberam.

No Nordeste, a evangelização de Ibiapina, Pe. Cícero é o que de melhor ficou na região. Basta se aproximar dos quase 600 mil romeiros que vão ao Juazeiro do Norte na festa de Pe. Cícero para ver que ali está apenas o catolicismo que o povo moldou para si. Ele não é nem melhor, nem pior que o catolicismo vivido dentro dos muros do Vaticano ou dos conventos religiosos. O fato de ser devocional não anula que seja de convicção e fidelidade.

5. O texto é extremamente entusiasta do documento de Aparecida. Pessoalmente estive presente em alguns encontros preparatórios, sobretudo eventos que preparam a questão ecológica e social do documento, a convite do Cardeal Maradiaga, de Honduras, então responsável pelo setor no CELAM. O resultado final, nesse sentido, é discreto. Medellín e Puebla foram muito mais contundentes e proféticos.

O texto traz a novidade da insistência missionária. A dúvida é qual realidade pastoral de fato pode existir por detrás dessa intencionalidade. Não há grande entusiasmo sem uma grande causa. O grande entusiasmo pastoral conhecido na América Latina foi quando a Igreja fez a opção pelos pobres e muita gente saiu de seu conforto pessoal, da vida

estabelecida e foi lá onde os pobres estavam. Esses, uma vez mais organizados e conscientes de sua cidadania social e eclesial, assumiram sua fé, suas comunidades, suas lutas pela justiça. As poucas melhorias que tivemos aqui pelo Nordeste, como a consciência política, acesso à água, o salário mínimo dos rurais, etc., teve intensa participação dos pobres das CEBs. Por isso, foi cruel, quando da volta da grande disciplina, ver gente do povo, agentes pastorais, etc., simplesmente serem afastados, quase que excomungados da participação eclesial, como “pessoas não gratas” ao novo contexto eclesial.

O texto de Aparecia é moderado, não provoca grande entusiasmo e não será um texto que irá suscitar uma nova onda missionária na Igreja. Os tempos são outros, mais ecumênicos, mais plurais e nós católicos já não teremos hegemonia na sociedade brasileira.

6. Surge o terrível desafio ecológico que teremos que enfrentar – já estamos enfrentando – a partir de nossa fé. São questões que interessam a toda a humanidade, a toda a comunidade da vida. Só poderemos estar abertos à totalidade se olharmos as pessoas, a comunidade da vida, a história, a Terra, o Universo, a partir do princípio teológico do “Reino de Deus e sua justiça”. Nosso Deus é e sempre será infinita beleza e infinita sedução. Embora cause tanto desconforto nos nossos meios católicos, o princípio teológico do Reino de Deus se fez princípio pastoral. Ou nós que trabalhamos pastoralmente olhamos o mundo assim, ou praticamente ficaremos ilhados.

É uma época de mudanças e, sem dúvida, também precisamos mudar. Essa é uma exigência permanente da metanóia cristã. Mas é sempre preciso perguntar: para onde?

Termino com um Hay Kay de D. Hélder Câmara, fiel ao Cristo e aos pobres até o fim: “*Feliz de quem entende Que é preciso mudar muito Para ser sempre o mesmo*”.

**Roberto Malvezzi (Gogó)*

Invasões de sem-terra passam de 7.500 em 19 anos, aponta estudo – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Brasil - 07/07/2008

Nos últimos 19 anos os conflitos entre proprietários rurais e os sem-terra não tiveram trégua em todo o País. E há fortes sinais de que eles ainda podem se agravar. É o que se conclui do levantamento Geografia das Ocupações de Terras, atualizado há pouco pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), instituição vinculada à Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Cobrindo o período que vai de 1988 (quando entrou em vigor a atual Constituição, que atribui ao Estado a tarefa da reforma agrária) a 2007, o levantamento mostra que nesses 19 anos ocorreram 7.561 invasões de propriedades rurais no País - uma média próxima dos 400 por ano.

Dá mais de uma invasão por dia. E o primeiro resultado prático do estudo é a constatação de que o mapa de assentamentos do governo não bate com o mapa das invasões - até parece que são dois países diferentes.

Trata-se, provavelmente, do mais amplo estudo sobre o assunto já realizado no Brasil, com o cruzamento de informações de três instituições que fazem medições dos conflitos: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Ouvidoria Agrária Nacional e Dataluta (braço

estatístico do Nera). Além de apontar números gerais, ele também identifica regiões e cidades onde os sem-terra mais atuaram.

Os números confirmam que o pior cenário localiza-se no Pontal do Paranapanema, no oeste do Estado de São Paulo. As invasões ali começaram na década de 80, ganharam força com a chegada do Movimento dos Sem-Terra (MST), nos anos 90, e ainda não pararam: hoje se irradiam dali para Estados próximos, como Mato Grosso do Sul.

Na lista dos dez municípios com maior número de invasões em todo o País, segundo o Nera, seis ficam no Pontal. Um deles está no topo da lista: é Mirante do Paranapanema, que teve 171 ocupações entre 1988 e 2007, com a arrematada de 33.165 famílias de sem-terra. Os outros cinco são Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, Marabá, Euclides da Cunha e Caiuá.

Embora o objetivo principal seja traçar um retrato das invasões, o mapa Nera também permite verificar como elas evoluem e identificar áreas com maior potencial explosivo. Ao comentar o trabalho para o Estado, o historiador americano Clifford Welch, colaborador do Departamento de Geografia da Unesp de Presidente Prudente e um dos coordenadores do levantamento, observou que ganham força no País ações em áreas onde o agronegócio mais se expande. “A expansão do agronegócio, especialmente da soja, que subiu do Rio Grande do Sul, passou por Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, expandiu-se para Goiás e Minas e hoje ganha espaço na Bahia, reduziu bastante o espaço para os pequenos agricultores”, disse ele. “Muitos lutam para ter as terras de volta, combatendo a monocultura.”

SOJA E CANA - Essa interpretação dos fatos, segundo Welch, também ajuda a compreender o que ocorre em Pernambuco, segundo maior foco de conflitos no País, depois do Pontal: “Ali não é a soja, mas a cana-de-açúcar, cultura que nos anos 70 e 80 passou por um forte declínio no Nordeste, com a explosão do plantio em São Paulo. Isso abriu espaço para pequenos agricultores. Mais recentemente, porém, os grandes plantadores de cana voltaram a investir pesado no Nordeste, fazendo ressurgir os conflitos com os pequenos.”

O historiador notou que os conflitos no Pontal têm sua origem na falta de legalidade dos títulos de propriedade rural. “Muitas terras ali são griladas”, afirma.

Nos anos 80, com o final da construção de grandes barragens hidrelétricas na região, um numeroso contingente de peões permaneceu por ali, procurando o que fazer, e acabou engrossando os primeiros movimentos de invasões de terras. “Argumentam que aquelas terras são públicas e, de acordo com as leis em vigor no País, devem ser destinadas à execução da reforma agrária.”

O momento de maior prestígio do MST e da causa da reforma agrária ocorreu no final da década de 90. E um dos fatores que contribuíram para chamar a atenção para o problema foi o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. No episódio, em um choque com a polícia morreram 19 trabalhadores que faziam uma marcha reivindicando terras para a reforma agrária. Aquela região, nas imediações de Marabá, também figura como um dos focos de maior tensão do País.

Governo assenta no Norte, onde problema é menor – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Brasil - 07/07/2008

O mapa de assentamentos da reforma agrária realizados pelos governos não leva em conta o mapa das invasões obtido pelo estudo dos pesquisadores do Nera. Os dois movimentos parecem até seguir direções opostas. Enquanto os sem-terra brigam por terras nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, os governos concentram os assentamentos na região Norte.

Do total de quase 1 milhão de famílias assentadas entre 1995 e 2006, cerca de 40% foram para a região Norte, de acordo com informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O Nordeste ficou em segundo lugar, com 30%.

A região Sudeste, com o maior foco de conflitos, teve cerca de 5% dos assentamentos. Essa disparidade tem sido causa de polêmicas entre movimentos de sem-terra e autoridades. Os primeiros acusam o governo de concentrar assentamentos em áreas distantes dos centros de consumo, sem infra-estrutura, nas regiões de fronteira agrícola. Representantes do governo dizem que concentram os assentamentos em áreas públicas, nas regiões de fronteira agrícola, para evitar gastos com compra de terras em regiões de intensa exploração agrícola, como o Sudeste, pois isso encareceria sobremaneira a reforma.

Os sem-terra replicam que o governo deveria obter mais terras por meio de desapropriações de áreas improdutivas, como determina a lei. Poderia fazer isso se alterasse os atuais índices de produtividade rural, em vigor desde os anos 70.

Ocupações vão continuar, garante Stédile – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Brasil - 07/07/2008

“Toda região com grande concentração de pobres e redução do espaço para a pequena agricultura, tende a se tornar um foco permanente de luta pela conquista da terra”, disse ao Estado o economista João Pedro Stédile, um dos principais líderes nacionais do MST, ao comentar os números do levantamento feito pelo Nera, apontando a permanência dos conflitos no País. “Enquanto o governo não resolver os problemas dessa gente, ela vai estar disposta, dia após dia, ano após ano, a participar das ações de ocupação das grandes propriedades.”

Para Stédile, as ocupações vão continuar em todo o País. No entanto, ele admitiu que, embora as ações dos sem-terra tenham aumentado durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na comparação com o governo anterior não foi um avanço tão intenso quanto se esperava. A causa disso teria sido a decepção dos trabalhadores: “Houve até um certo refluxo em áreas onde a reforma agrária parou. É uma mostra do desencanto, do desânimo das pessoas que, depois de acampadas durante anos, não vêem o governo agir.”

Esse refluxo não deve ser interpretado, porém, como o fim da luta: “A companheirada recua, espera, mas não desiste.”

‘GOVERNOS FROUXOS’ - O Estado também ouviu o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), o proprietário rural Luiz Antonio Nabhan Garcia. Ao falar sobre a situação da região do Pontal do Paranapanema, que abriga a sede da UDR, na cidade de Presidente Prudente, e é apontada no levantamento como principal foco de conflitos do País, o ruralista também culpou o governo.

“Os conflitos persistem há quase 30 anos no Pontal por causa de governos frouxos”, disse Nabhan. “Pela legislação em vigor no País, quem age fora da lei tem de ser punido. Isso não ocorre com os sem-terra, que invadem propriedades privadas, por causa de uma explícita má vontade de sucessivos governos, tanto na esfera federal quanto na estadual. Açam que punir os sem-terra é antipático. Temem contrariar eleitores para os quais os sem-terra são as vítimas, os coitadinhos dessa história. Nós, os proprietários, ficamos no meio desse jogo político, dessa barbaridade.”

Sobre a afirmação do MST de que as terras do Pontal são quase todas terras públicas, devolutas, e por isso devem ser incorporadas à reforma agrária, o fazendeiro disse: “Isso é uma lenda criada pelo MST, uma espécie de combustível para suas ações. O volume de terras devolutas no Pontal é mínimo. Se tivessem boa vontade e firmeza, os governos já teriam resolvido o problema há muito tempo.”

CAMPANHA - No sábado à tarde, ao discursar durante uma solenidade de entrega de casas para os moradores da Comuna D. Tomás Balduino, na zona rural de Franco da Rocha, interior de São Paulo, Stédile afirmou que foi deflagrada no País uma grande ofensiva para frear as ações de movimentos populares, de sem-terra, indígenas e quilombolas. “A direita, os conservadores, os ricos, os detentores de privilégios neste País estão usando o Judiciário e a imprensa para evitar que os pobres lutem por seus direitos.”

O bispo d. Tomás Balduino, fundador e conselheiro da CPT, também disse que os pobres da zona rural enfrentam um momento difícil, com a concentração cada vez maior de terras e o avanço da cana-de-açúcar. “Em Goiás, onde eu moro, tenho visto os canaviais tomarem todas as terras”, disse.

As 61 casas da comuna foram construídas com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e recursos da Caixa Econômica Federal, no total de R\$ 1 milhão. De acordo com a presidente da Caixa, Maria Fernanda Coelho, o dinheiro vem de um programa especial, estimulado pelo presidente Lula, para a construção de habitações na zona rural, em parceria com setores sociais organizados. Para ela, “o MST representa um dos setores mais bem organizados de nossa sociedade”.

Por dia, estrangeiro compra "6 Mônacos" de terra no país – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 07/07/2008

A cada hora, 0,5 km² de áreas brasileiras passa às mãos de compradores de fora do país - Entre novembro de 2007 e maio de 2008, pessoas físicas e jurídicas do exterior compraram 1.523 imóveis rurais e venderam 151 aqui

A cada hora, fazendeiros e investidores estrangeiros têm comprado ao menos 0,5 km² de terras brasileiras. Isso significa que, ao final de um dia, 12 km² estarão legalmente em mãos de pessoas físicas ou jurídicas de outras nacionalidades.

Isso equivale a uma área semelhante a seis vezes o território de Mônaco (com área de 1,95 km²) ou a 7,5 vezes a extensão do parque Ibirapuera (área de 1.584 km²).

O ritmo da chamada "estrangeirização" de terras foi medido pela **Folha** a partir de dados do SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural) num intervalo de seis meses, entre novembro de 2007 e maio de 2008. Nesse período, estrangeiros adquiriram pelo menos 1.523 imóveis rurais no país, numa área somada de 2.269,2 km². No mesmo intervalo, eles se desfizeram de ao menos 151 imóveis rurais, que totalizam 216 km².

Entre compras e vendas, o saldo é de 1.372 imóveis a mais na mão de estrangeiros - 2.053,2 km².

De acordo com o documento do SNCR obtido pela reportagem, o total de áreas em nome de estrangeiros no país passou, no intervalo, de 38,3 mil km² para 40,3 mil km², um ritmo puxado pela soja, mas também motivado pela pecuária, pelos incentivos oficiais à produção de etanol e biodiesel e pelo avanço do preço da terra.

O levantamento leva em conta apenas aqueles que, ao registrar a terra, declararam-se estrangeiros. Ou seja, não inclui as empresas nacionais de capital estrangeiro e muito menos aqueles que se utilizam de "laranjas" brasileiros para passar despercebidos pelos cartórios.

Não é possível confrontar o atual ritmo com períodos anteriores. Isso porque as áreas adquiridas até então aparecem somadas no cadastro, sem a data das negociações. Como comparação, o atual avanço de estrangeiros no país supera o ritmo do governo federal na desapropriação de áreas para a reforma agrária.

Nesses seis meses, enquanto fazendeiros, empresas ou grupos estrangeiros compraram ao menos 2.269 km² no país, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) assinaram decretos de desapropriação de terras que somam 1.760 km², uma diferença de 22%.

Com a comparação desfavorável, os sem-terra reclamam. "Daqui a pouco, vamos voltar ao estado de colônia", afirma Marina dos Santos, da direção do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Procurados por meio de suas assessorias, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra não quiseram comentar os dados. O SNCR é vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Legislação - A investida ocorre no momento em que o governo busca mecanismos legais para frear a entrada de estrangeiros em terras do país. Hoje a aquisição de terras é

permitida a pessoas físicas de outra nacionalidade residentes no país e a pessoas jurídicas estrangeiras autorizadas a atuar no Brasil.

Um parecer da AGU (Advocacia Geral da União) permite ainda que empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro comprem imóveis rurais.

Entre novembro de 2007 e maio de 2008, Mato Grosso liderou em volume de novas áreas sob o controle de estrangeiros -de 7.547,1 km² para 8.074,5 km². Atrás de MT aparecem MS, SP, BA e MG.

Em relação ao número de imóveis comprados por estrangeiros nesse intervalo, São Paulo lidera, com ao menos 888 novas áreas, seguido de RJ (162), BA (131) e MG (72). Entre as regiões, o Centro-Oeste registrou o maior avanço, seguido de Sudeste, Nordeste e Sul. Já no Norte houve um efeito contrário: o total de áreas em nome de estrangeiros diminuiu em 127 km².

Para Cesário Ramalho da Silva, presidente da SRB (Sociedade Rural Brasileira), o foco dos "produtores" estrangeiros é a soja. Já os "investidores" buscam especialmente usinas do setor sucroalcooleiro.

Diretor-técnico da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), Antonio de Pádua Rodrigues afirma que os estrangeiros compram apenas a área da usina. Já o terreno para o plantio da cana é arrendado de um proprietário brasileiro. "Geralmente o investimento [dos estrangeiros] não é em terra valorizada, não é em terra produtiva. Ninguém [de outro país] vai comprar terra para continuar fornecendo cana para usina", afirma Rodrigues.

Corretor diz que busca por terra aumentou – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 07/07/2008

Apontado pelos produtores sul-mato-grossenses como o principal corretor de imóveis rurais do Estado, Eugênio Peron, 64, afirma que nos últimos meses têm "aumentado muito" a procura de terras por estrangeiros.

Segundo ele, a maioria dos interessados são representantes de fundos de investimento em busca de negócios com soja, álcool, gado e biodiesel. "Tem aumentado muito [a procura de estrangeiros], principalmente nos últimos 60, 90 dias", afirma Peron. "Estou aguardando um grupo de uruguaiois, um pessoal da Grécia. Tem ainda argentinos, americanos, australianos, gente de Portugal e Espanha".

Há 16 anos na área, Peron reclama das minúcias dos grupos estrangeiros, que, em geral, somente fecham negócio após seguidas rodadas de visitas às áreas e de inúmeras ponderações sobre riscos ao novo negócio.

Para João Bosco Alteiro Leal, presidente no MNP (Movimento Nacional de Produtores), a chegada de estrangeiros a Mato Grosso do Sul é bem-vinda. "Isso é muito legal, desde que não envolva a questão da nossa soberania." (ES)

Legitimidade democrática MST e ONGs de plantão fingem indignação, mas sabem o que estão fazendo – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 07/07/2008

O Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul tomou uma corajosa decisão em defesa do estado de direito e das instituições democráticas.

Indo na contracorrente do que vem acontecendo no país, onde impera uma leniência em relação ao MST, os promotores impetraram uma ação civil pública visando a reordenar institucionalmente o estado. A ação civil foi acolhida em caráter liminar pelo juiz da Comarca de Carazinho, RS, começando pela desocupação de dois acampamentos que cercavam literalmente a Fazenda Coqueiros.

A Polícia Militar cumpriu a ordem judicial.

No dizer dos promotores, trata-se de “investigar os integrantes de acampamentos e a direção do MST pela prática de crime organizado, pois ficou constatado que o movimento e seus militantes têm prática de atos criminosos, como a invasão e a depredação de propriedades privadas e de prédios públicos, como táticas regulares de atuação”; trata-se de “investigar os integrantes de acampamentos e a direção do MST no que toca ao uso de verbas públicas e de subvenções oficiais, tanto no plano criminal quanto na esfera da improbidade administrativa.

Não se pode aceitar que o Estado brasileiro, com tantas tarefas a cumprir em um país subdesenvolvido, possa despender enormes quantias na subvenção de um movimento que recusa a legitimidade das instituições democráticas”.

A Fazenda Coqueiros, objeto primeiro da ação do Ministério Público, foi vítima, em 50 meses, de 12 grandes invasões e mais de 135 boletins de ocorrência, 11 casas incendiadas, dois caminhões incendiados, um trator explodido com dinamite, 200 bois abatidos, cem desaparecidos, uma área de 30 hectares com danos ambientais e incêndios, mutilação de animais, além de ameaças a funcionários.

Seja dito de passagem que a referida propriedade já tinha sido considerada como altamente produtiva tanto pelo ministro do Desenvolvimento Agrário quanto pelo próprio Ouvidor Agrário Nacional. Frente a isso, o MP votou pela desativação desses “acampamentos situados nas proximidades da Fazenda Coqueiros, onde a possibilidade de conflitos é mais evidente, bem como de todos os acampamentos que estejam sendo utilizados como ‘base de operações’, para invasão de propriedades.

O fundamento é o uso nocivo da propriedade, vedado pela ordem jurídica brasileira”. O MST e seus intelectuais e ONGs de plantão reagiram com fingida indignação, pois sabem o que estão fazendo.

Procuram suscitar na opinião pública uma posição favorável a eles, colocando-se como vítimas de uma ação “injusta”. Exercem o seu jus esperneandi, pois não esperavam um posicionamento firme de um grupo de promotores que, através de uma investigação cuidadosa, exibiu a verdade em face dessa organização política. Calculadamente, procuram, num procedimento totalitário, fazer passar suas mentiras como representando a boa causa, considerando os cidadãos como tolos capazes de ingerir qualquer versão sua.

Ao justificar a sua ação, o Ministério Público ressaltou a sua missão constitucional, em tudo adequada para agir contra uma organização que tem como objetivo a destruição da ordem democrática e de seus pilares como o direito de propriedade.

Ao agir assim, o Ministério Público, no dizer do dr. Paulo Brossard, em artigo publicado em “Zero Hora”, RS, “despertou e retomou o exercício de seus deveres constitucionais”.

Os argumentos de uma suposta “criminalização dos movimentos sociais” é nada mais do que uma encenação midiática. O seu objetivo consiste em fazer com que o MST e suas organizações de fachada, como a Via Campesina, o MAB (Movimento dos Atingidos pelas Barragens) e o MTM (Movimento dos Trabalhadores da Mineração) possam agir impunemente.

O que temem é o exercício efetivo do estado de direito, que supõe tratá-los como grupos e indivíduos que, como quaisquer outros, estão obrigados a agir segundo o ordenamento constitucional. A “criminalização” em questão é aquela que o MST se dá, ao escolher crimes e ilícitos como meios de ação.

Essa organização se escolhe pela “criminalização”, por suas invasões, pelo esbulho possessório, pela posse de armas, pelo desrespeito a decisões judiciais. No dizer de Kant, uma pessoa quando rouba se rouba, sendo ela responsável do que faz. O MST se criminalizou, devendo, portanto, responder por suas ações.

* DENIS LERRER ROSENFELD é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Após confronto no Pará, 1 PM e 11 sem-terra ficam feridos – Folha de São Paulo – Brasil - 08/07/2008

Um policial e 11 sem-terra ficaram feridos após cerca de cem pessoas ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) entrarem em conflito com a tropa de choque da Polícia Militar do Pará, em Parauapebas (836 km de Belém).

Segundo a Polícia Civil, os sem-terra faziam um protesto, por volta da meia-noite, na frente da delegacia, exigindo a libertação de Djalmir Ferreira da Silva, uma das lideranças do movimento. Por volta das 4h30, soldados da tropa de choque chegaram para dissipar o protesto.

O delegado André Luís Albuquerque disse que Silva foi preso no último dia 21, em flagrante, durante uma ação de reintegração de posse.

Durante a manifestação, de acordo com Albuquerque, os trabalhadores ameaçaram entrar para resgatar o líder, mas em nenhum momento tentaram invadir a delegacia.

Segundo Maria Raimunda César, da coordenação do MST, o que houve foi uma "vigília pacífica". Ela disse que o protesto não tinha como objetivo libertar Silva -queriam apenas vê-lo, para verificar se estava ferido.

Blitz do trabalho apura infrações em cultivos de feijão e limão em SP – Claudia Rolli –
Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/07/2008

Havia menores trabalhando, carteiras sem registro e falta de equipamentos

Após fiscalização do MPT (Ministério Público do Trabalho), produtores de feijão de Pilar do Sul (SP) assinaram termos de ajustamento de conduta (TACs) se comprometendo a não empregar menores, a registrar em carteira trabalhadores que atuavam sem registro e a fornecer equipamentos de proteção individual.

Eles também foram autuados pelos fiscais em multas que ainda estão sendo contabilizadas, mas podem variar de R\$ 30 mil a R\$ 300 mil.

Em blitz do MPT, de auditores fiscais do Trabalho e policiais ambientais no final do mês passado, 19 menores de 18 anos foram encontrados trabalhando nas lavouras de feijão da região de Sorocaba -um deles com 11 anos.

A legislação não permite o trabalho de menores em áreas rurais, segundo os fiscais. João Batista Martins, procurador do Trabalho, disse que os produtores irão pagar indenização simbólica de R\$ 10 mil -os recursos serão usados para a doação de kits de informática (notebook e impressora), que serão usados para a gerência regional do Ministério do Trabalho em Sorocaba."As fiscalizações vão continuar e migrar a cada safra", afirmou Martins. Os TACs contêm itens que incluem desde o treinamento para uso de equipamentos e manipulação de produtos químicos, além do armazenamento adequado desse material, até o fornecimento de abrigos adequados, água potável e instalações sanitárias próximas aos locais de trabalho.

Na região de Mogi Mirim, o procurador Dimas Moreira da Silva e fiscais do Trabalho também encontraram menores trabalhando e funcionários sem registro em uma agroindústria embaladora de limão e em fazendas da região.

"Além do excesso de jornada, os menores carregavam peso, o que a lei não permite. Também encontramos diferença na pesagem dos chamados bags, que são as bolsas que carregam", disse Moreira da Silva.

O pagamento dos colhedores de laranja e limão é feito por produção -recebem cerca de R\$ 15 por dia. "Cada bag continha 22 sacos do produto, mas eles recebiam por 20. A empresa se comprometeu a pagar por 22 sacos. Só que a remuneração é tão baixa que mesmo assim o salário não vai passar de um mínimo", afirmou.

Criminalização dos movimentos sociais é debatida na Câmara – Sítio Eletrônico do MST – 08/07/2008

Nesta quarta-feira (09/07), às 14h, no plenário 4, a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados promove audiência pública para debater a corrente criminalização dos movimentos sociais e de seus dirigentes. Na ocasião, o advogado presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, Leandro Scalabrin, debaterá sobre o tema da criminalização dos Movimentos Sociais e Democracia.

Estão confirmados representantes de diversas entidades religiosas e de classe, tais como CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a OAB. A Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, ligada à Presidência da República, também estará presente.

Além da audiência, haverá também um ato em defesa dos movimentos sociais organizado pelo PT.

A sugestão aprovada por unanimidade é de iniciativa do MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos). Para a entidade, os movimentos sociais como um todo estão respondendo a processos judiciais e ainda são desqualificados publicamente.

A militância do MNDH também vem sofrendo diretamente com a criminalização, especialmente por conta da atuação nos presídios e casas de internação de adolescentes, nas favelas contra violência policial, contra tortura e execuções sumárias e contra o crime organizado. Por conta deste ativismo são vários os militantes ameaçados de morte e sendo processados e desqualificados publicamente como defensores de bandidos pela mídia, setores do poder público e judiciário.

Um dos organizadores da audiência, o presidente da CLP, Deputado Adão Pretto (PT/RS), aponta ainda a situação de criminalização pela qual passam os movimentos sociais de seu Estado, alertando que essa situação crítica não atinge apenas os gaúchos, tendo reflexos em todo o país e na própria noção de democracia e participação popular.

ATOS EM SOLIDARIEDADE AO MST ACONTECEM EM DIVERSOS ESTADOS – Sítio eletrônico do MST – 08/07/2008

Diante da criminalização que o MST vem sofrendo, expressa na resolução do Ministério Público do RS, diversos movimentos, entidades, parlamentares e personalidades que apóiam o MST realizarão, a partir desta quarta-feira (9/7), atividades em solidariedade aos trabalhadores Sem Terra. Nesta quarta-feira (9/7), haverá audiência pública em Brasília, na Câmara dos Deputados, e atos no Rio de Janeiro e em Curitiba. As atividades continuam em Fortaleza (10/7), Campinas (11 e 12/7) e São Paulo (16/7), entre outros municípios.

Segue abaixo o calendário das atividades:

Brasília - Audiência Pública na Câmara dos Deputados promovida pela Comissão de Direitos Humanos para debater o processo de criminalização ao MST, no Plenário 4

(Anexo II), às 14h, quarta-feira (9/7). À noite será realizada uma reunião com diversas personalidades e movimentos sociais para organizar novas iniciativas.

Rio de Janeiro - Também na quarta-feira (9/7), ato em Solidariedade ao MST e contra a criminalização dos movimentos sociais, a partir das 13h no Ministério Público do Rio de Janeiro (Rua Marechal Câmara 370, Centro). Em seguida haverá uma reunião dos movimentos para pensar outras iniciativas em apoio ao MST.

Paraná - Em Curitiba, a partir das 10h da quarta-feira (9/7) representantes dos movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e entidades estarão em frente ao Ministério Público.

Ceará - No dia 10/7 haverá um debate na Universidade do Ceará, em Fortaleza.

São Paulo - Ato Público em Repúdio à Criminalização do MST com a presença de juristas, intelectuais, jornalistas, artistas, representantes de movimentos sociais, sindicatos, entidades parceiras, além de militantes e dirigentes do MST. Dia 16 de Julho de 2008, 19h, na PUC-SP (TUCA), Rua Monte Alegre 1024 - Perdizes.

Campinas - 11 de julho, sexta-feira: debate às 19h, no Sindicato dos Metalúrgicos, com o tema A criminalização recente ao MST e a luta contra o agronegócio. No sábado (12/7), entre 9 e 12h, no centro de Campinas exposição de fotos sobre o MST, panfletagem, conversa com a população e feira com produtos das áreas de assentamentos.

Senado autoriza aumento para área de uso rural na Amazônia – Sítio Eletrônico da CNA - 10/07/2008

Com 37 votos favoráveis, 23 contrários e 3 abstenções, o Senado aprovou nesta quarta-feira (9/7) o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 16/08, oriundo da Medida Provisória (MP) 422/08, que aumenta o limite da área que pode ser concedida pela União para uso rural, sem processo de licitação, na Amazônia Legal. O atual limite é de até 500 hectares. Com a nova proposta, passa para até 15 módulos fiscais. A matéria será encaminhada à sanção.

O módulo fiscal é estabelecido para cada município e procura refletir a área mediana dos imóveis rurais daquela região. Em algumas localidades, o módulo chega a 100 hectares. Nesses casos, a área passível de regularização será ampliada de 500 para 1,5 mil hectares.

O Executivo sustenta que a medida tem como um dos objetivos a prevenção, o monitoramento e o controle do desmatamento na Amazônia, pois visa, a um só tempo, coibir e combater a grilagem de terras públicas na região, e ainda regularizar situações que estejam dentro da legalidade e sustentabilidade. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a mudança vai permitir melhor ordenamento e maior controle da ocupação territorial da Amazônia.

Todos esses argumentos foram questionados pela senadora Marina Silva (PT-AC), para quem a aprovação da matéria poderá promover a privatização de florestas públicas e a

regularização de terras que foram griladas no passado. No começo da discussão da matéria, a ex-ministra do Meio Ambiente sugeriu ao líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), uma emenda que excluía do âmbito da MP 422/08 as áreas que fazem parte do Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

A emenda foi rejeitada por Jucá, sob o argumento de que a proposta da senadora tratava da destinação das florestas públicas, sem estar relacionada ao tema da MP 422/08, que altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) como forma de autorizar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a vender as terras de até 1.500 hectares em processo direto a quem ocupa essas propriedades. Após muito debate, Jucá comprometeu-se a transformar a emenda de Marina Silva em um projeto de lei que trate especificamente das florestas públicas.

"Vamos permitir que o Incra, na Amazônia, Legal tenha a faculdade - [isso] não é obrigatório - de legalizar terras de até 1.500 hectares. A Constituição permite até 2.500 hectares. Baixamos para 1.500", afirmou Jucá, ressaltando que todas as terras de Roraima encontram-se em nome da União e que a titularidade irá finalmente favorecer os seus ocupantes.

Falaram a favor do projeto os senadores João Ribeiro (PR-TO), Jayme Campos (DEM-MT), Expedito Júnior (PR-RO), Valter Pereira (PMDB-MS), José Agripino (DEM-RN), Gilberto Goellner (DEM-MT), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Augusto Botelho (PT-RR). Para João Ribeiro, o projeto resolve o problema da grilagem na Amazônia. "O governo está autorizando o Incra a fazer a regulamentação das terras. Está redondamente equivocado quem disse que isso contribui para a grilagem", disse o senador.

Já na opinião de Jayme Campos, a matéria é oportuna e vai favorecer a regularização pacífica das terras na região amazônica. Para Expedito Júnior, a proposta também vai favorecer a redução do desmatamento. A mesma opinião foi defendida por Gilberto Goellner.

Valter Pereira, por sua vez, disse que a preocupação de Marina Silva não era infundada, destacando o interesse que a Amazônia desperta na população de outros países. Valdir Raupp disse que o projeto corrige uma injustiça, ao promover a regularização fundiária da Amazônia.

Na Câmara, Chico Alencar defende MST - Cristiane Jungblut – O Globo – O País – 10/07/2008

BRASÍLIA. O candidato do PSOL a prefeito do Rio, Chico Alencar, concentrou ontem suas atividades na Câmara, onde defendeu a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e criticou o Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que defendeu ações judiciais para dissolver o MST e declarar a ilegalidade do movimento. No encontro "Criminalização e judicialização indevidas de movimentos sociais e de seus dirigentes", na Comissão de Direitos Humanos, Chico chamou de acinte e de atraso o documento do Ministério Público gaúcho, que já teria recuado de seu teor.

— Há uma onda conservadora muito grave no Brasil. Que a gente faça valer a Constituição.

A carta do Ministério Público é um acinte, um atraso, uma ofensa, um obscurantismo. É um exemplo concreto do medievalismo — disse Chico.

Ele foi irônico ao criticar o Ministério Público gaúcho: — Vamos fazer uma espécie de contra-ata, a ata da liberdade e da democracia. A ata do Ministério Público diz que é preciso dissolver o MST. Pois bem, que se estenda isso aos cartéis, aos monopólios... Também queremos a extinção do MST, porque queremos que não haja mais nenhum sem-terra (no Brasil). Defendo o MST dentro dos preceitos da Constituição.

A ata do MP gaúcho falava ainda em investigações dos líderes do MST por crime organizado por invasões e depredação de prédios públicos. Ao ser perguntado sobre tais práticas, Chico disse que para evitá-las as autoridades precisam dialogar: — O melhor antídoto para ocupações indevidas é o diálogo permanente, e não a judicialização dos movimentos. E alguém dizer que minha prefeitura seria de prédios ocupados, é fazer especulação de política barata e pouco inteligente.

O secretário nacional de Direitos Humanos, ministro Paulo de Tarso Vannuchi, deu apoio ao MST e disse que o gesto não significa aval às invasões organizadas pelo grupo.

Começa regularização de terras na BR-163 – Sítio Eletrônico do MDA – 11/07/2008

Mais de três mil posseiros que ocupam áreas da União na região da BR-163, no sudoeste do Pará, poderão obter títulos da terra até o final do ano. Uma grande operação do MDA/Incra, em parceria com o exército, foi lançada nesta sexta-feira (11), em Novo Progresso. O evento reuniu cerca de 2.500 pessoas, que foram ver e ouvir o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, e a governadora do estado, Ana Julia Carepa.

Cerca de 80 ônibus levaram moradores da região para a cidade, cenário da maior operação de regularização fundiária do Incra em toda a Amazônia. Até dezembro, pelo menos 60 servidores da autarquia e outros 60 do exército vão percorrer cada uma das posses rurais de Novo Progresso e de outros três municípios: Altamira, Itaituba e Trairão. O presidente do Incra explicou que serão mapeados 7,7 milhões de hectares nas margens da estrada Cuiabá-Santarém. “O Estado brasileiro chegou para regularizar o uso e a posse da terra, tudo dentro da lei, respeitando o direito daqueles que vivem da terra”, disse Rolf Hackbart.

Ao observar as dezenas de faixas e cartazes no local do evento, um templo religioso de Novo Progresso, Hackbart destacou o apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais e de empresários rurais da região, “os maiores interessados na regularização”. Na primeira fase da operação, os técnicos do Incra vão fazer o levantamento ocupacional de cada posse. Depois, o pessoal do exército vai medir o perímetro da terra com equipamento GPS. “O Incra já sabe onde estão as terras da União, as do estado, e o que é privado: o que falta é entrar nas glebas, medir e regularizar”, informou Hackbart.

A partir da experiência no sudoeste do Pará, toda a Amazônia Legal será regularizada, disse o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, lembrando que existe preocupação com a Amazônia no mundo todo, por conta do desmatamento e da

necessidade cada vez maior de preservação ambiental. Por isso, segundo ele, é preciso acabar com a confusão existente na malha fundiária da Amazônia. “Não podemos mais olhar para esta terra como se só existisse grileiro ou desmatamento: aqui tem trabalho, aqui tem gente que trabalha”, afirmou Cassel.

O ministro ainda esclareceu os efeitos da Medida Provisória 422, que permite a venda direta de áreas até 15 módulos fiscais na Amazônia Legal. “A grande importância da MP é que ela dialoga com a realidade da região. Aqui as posses são maiores”, disse Guilherme Cassel, que também se referiu ao programa estadual “Pará, terra de direito”, lançado durante o evento pela governadora Ana Julia. “O que a gente quer é justamente isso: uma terra de direitos e de legalidade”, concluiu o ministro.

Para economista, índio não quer depender do Estado – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Brasil - 13/07/2008

Empreendedorismo indígena. A idéia parece estranha. Mas ela é o tema de uma conferência internacional que começa no dia 22 em Manaus, com a presença de índios brasileiros, de outros países da América Latina, Estados Unidos, Canadá e até da Nova Zelândia. São esperados quase 250 representantes de diferentes comunidades.

Durante quatro dias, vão trocar experiências, ouvir especialistas em diversas áreas de negócios - da mineração ao ecoturismo - e discutir formas de desenvolver atividades econômicas. O que os move é sobretudo o desejo de se tornarem menos dependentes da assistência do Estado e também das ONGs.

É essa a opinião do idealizador do encontro, o economista Raul de Gouvea, especialista na área de negócios e professor da Universidade do Novo México, nos Estados Unidos. Para ele, as ONGs que trabalham com indígenas nem sempre estão interessados no seu desenvolvimento e autonomia econômica.

'Muitas ONGs capitalizam em cima da pobreza dos índios, deixando-os mais dependentes de suas ações', diz o economista. 'No Brasil funciona ainda a indústria do índio pobre, que não aponta soluções para os problemas econômicos, porque precisa deles para sobreviver.'

Gouvea é brasileiro, mas vive nos Estados Unidos desde o início dos anos 80, quando viajou com o objetivo de fazer sua tese de doutorado. Hoje chefia o Departamento de Finanças, Negócios e Empreendedorismo da Universidade do Novo México.

Durante quase uma década atuou como consultor do Banco Mundial na área de comércio internacional. Sua principal área de interesse agora é a busca de soluções alternativas de crescimento econômico. Ele disse ao Estado que esse interesse surgiu a partir do contato com os índios do Novo México, o Estado com a maior população indígena dos Estados Unidos. 'Com uma taxa de desemprego muito alta no meio deles, estavam vivamente interessados em discutir soluções de crescimento econômico.'

A conferência de Manaus, que conta com o apoio do governo estadual, é a terceira que Gouvea organiza. As duas anteriores ocorreram nos Estados Unidos. 'O assunto vem despertando interesse em todo o mundo. No site da internet que montamos para trocar experiências, já apareceram interessados de 88 países.'

Na opinião do economista, os índios estão cansados de viver dependendo do assistencialismo, das esmolas públicas e privadas. 'Eles querem sobreviver economicamente de forma autônoma. Querem computador, vacinas, bons hospitais, assim como qualquer outro cidadão brasileiro. Em alguns locais querem se associar com empresários não-índigenas. Isso não tem a nada a ver, porém, com essa idéia de nação indígena autônoma - uma solução ideológica, boba.'

MST briga com agricultores por usina em PE - Leticia Lins – O Globo – O País – 13/07/2008

CATENDE (PE). Ex-símbolo do poder econômico e político da aristocracia açucareira de Pernambuco, a Usina Catende está entre as 40 áreas de conflito de terra mapeadas no estado e vive em permanente clima de tensão.

Mais de 90 boletins de ocorrência já foram registrados em delegacias policiais de municípios como Catende, Xexéu, Jaqueira e Palmares. Grande parte relata incêndios nos canaviais geridos por lavradores.

O motivo é a disputa entre os militantes da Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco (Fetape) — que participam das iniciativas de recuperação da usina desde o início — e os do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) — que chegaram depois para tentar tomar o projeto e são acusados de violência.

No meio do século passado, a Catende chegou a ser considerada a maior usina da América Latina. A partir dos anos 90, entrou em decadência, durante a quebraadeira que atingiu 18 usinas pernambucanas. Mas, em vez de ser sucateada ou ter seu maquinário transferido, foi preservada pelos trabalhadores, que viam na indústria e nos seus 48 engenhos um meio de receber os créditos trabalhistas, avaliados à época em mais de R\$ 57 milhões, uma das heranças de um passivo então calculado em R\$ 600 milhões.

Usina foi transformada em modelo de autogestão No auge da crise, em 1993, cerca de 2.300 cortadores de cana foram demitidos sem receber seus direitos. Reuniram forças e transformaram a usina em modelo de autogestão, que o governo federal reconhece como o maior exemplo de economia solidária do Brasil. De acordo com o Incra, a hoje Cooperativa HarmoniaCatende está a caminho de se transformar no primeiro assentamento agroindustrial no país. É o segundo maior sob responsabilidade da autarquia. São 3.543 famílias assentadas, além de 455 outras que trabalham na parte industrial.

No dia 15 de junho, militantes do MST invadiram a sede do Incra em Recife para exigir mudanças no projeto e ratificar a posição do movimento, segundo o qual é inaceitável a permanência de uma usina em um assentamento.

Ou seja, uma repetição da monocultura que os lavradores tanto criticam

Fetape acusa entidade rival de usar violência

Documento enviado ao Incra lista ameaças de morte e destruição

CATENDE (PE). No fim do primeiro semestre, a Cooperativa de Produção Agroindustrial Catende Harmonia enviou documento ao Incra denunciando o MST.

Segundo o ofício, o MST “vem tentando transformar o assentamento Miguel Arraes em palco de desentendimentos, ameaças de morte, destruição de cana desapropriada, sabotagem à produção, invasão de área cultivada em regime familiar e com várias condutas violentas”.

Entre essas condutas, os lavradores ligados à Fetape denunciam destruição de pontes e de benfeitorias já desapropriadas.

Também foi entregue ao Incra uma lista de 42 líderes ligados ao MST que, segundo a entidade, tentam tumultuar trabalhos coletivos e individuais dos assentados. Há acusações de ameaça de morte com facões.

— O que o MST está fazendo não é ocupação. É invasão. Ocupação acontece nos latifúndios. Aqui, eles estão invadindo as terras dos trabalhadores já assentados — diz Lenivaldo Lima, assessor técnico da usina.

O advogado da Fetape, Bruno Ribeiro, acusa os 2% de lavradores ligados ao MST no projeto de querer impor “a própria vontade sobre o Incra e sobre 98% dos assentados”. O MST informou que não se pronunciará publicamente sobre o caso.

Incra e Exército fiscalizam terras no Pará – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Brasil - 14/07/2008

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com o apoio do Exército, inicia nesta semana, na região sul do Estado do Pará, uma delicada missão: vai adentrar as estradas e as trilhas existentes ali para identificar todas as pessoas que ocupam áreas de terras públicas.

A região, nas margens da BR-163, é conhecida nacionalmente pelos casos de violência em torno de disputas pela posse da terra e também pelo alto índice de desmatamento irregular - comprovado em sucessivas medições do governo.

A identificação dos ocupantes das terras constitui a segunda etapa de um trabalho iniciado no ano passado, quando o Incra delimitou o perímetro das glebas públicas na região - uma vastidão de 7,7 milhões de hectares, dos quais 4,7 milhões são constituídos por reservas indígenas ou de preservação ambiental. É nos outros 3 milhões de hectares que o instituto pretende agora fazer a varredura.

O objetivo é identificar e afastar os grandes grileiros de terras e, ao mesmo tempo, facilitar a legalização das ocupações regulares de posseiros ou de agricultores que foram levados para a região com a promessa de mais tarde receber os títulos de propriedade. Parte deles é formada por paranaenses que estão na região desde os anos 70.

Paralelamente, a operação também visa a proteção ambiental. “O melhor meio de proteger o ambiente é a regularização fundiária”, afirma o presidente do Incra, Rolf Hackbart. “Para fazer isso não bastam discursos: é preciso ir lá e conhecer cada um dos

casos. Nós temos instruções para facilitar ao máximo a regularização das ocupações, mas também pretendemos reaver terras ocupadas de forma irregular.”

A maior preocupação do governo é que os conflitos e a depredação aumentem na região com o asfaltamento da BR-163, que vem sendo prometido pelas autoridades de Brasília. A operação iniciada agora tem, portanto, um caráter preventivo.

A presença dos militares, segundo Hackbart, foi pensada como forma de dar mais segurança às operações - numa área tradicionalmente conflituosa. Mas os representantes do Exército também irão atuar na área técnica. Do grupo de 56 homens designados pela instituição para iniciar as operações, 30 são especialistas em áreas de engenharia e topografia. “São pessoas com bom treinamento nessa área”, diz Hackbart. “A operação é uma boa oportunidade para eles colocarem em prática seus conhecimentos.”

Quando o convite para a participação dos militares foi encaminhado ao Ministério da Defesa, houve certa relutância. Temia-se o envolvimento dos militares em conflitos civis pela posse da terra. Mais tarde, quando ficou acertado que a participação também teria um caráter técnico, o acordo foi fechado.

O Exército receberá R\$ 7 milhões do Incra pelo seu trabalho. “Eles devem investir o dinheiro sobretudo na compra de equipamentos”, diz Hackbart. Os escritórios onde o Exército pretende centralizar suas atividades nesta operação ficarão instalados nas cidades de Novo Progresso, Castelo dos Sonhos e Juriti Velho.

Entidade alerta para perseguição a MST – Estado de São Paulo – Brasil - 14/07/2008

O coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Gilson Cardoso, alerta para “onda de perseguições, ofensas, calúnias, difamações, prisões arbitrárias e processos contra as lideranças sociais”, iniciada no Rio Grande do Sul. O Movimento dos Sem-Terra (MST) acusou o Ministério Público gaúcho de traçar estratégias para, entre outras ações, proibir deslocamentos do grupo e criminalizar lideranças. No dia 28, audiência sobre o tema ocorrerá em Porto Alegre, da qual participarão deputados, senadores e sem-terra. “Ninguém pode ser proibido de fazer suas ações, suas passeatas”, disse Cardoso.

Liberdade de escolha – Denis Lerrer Rosenfield – Folha de São Paulo – Opinião - 14/07/2008

EM MEU seminário na universidade sobre a liberdade de escolha, foi-me trazido o seguinte relato, altamente revelador da fase que o Brasil vem atravessando de imposição estatal do politicamente correto. O contexto foi o da proibição de fumar em lugares fechados, independentemente ou não de serem eles separados dos de não-fumantes, num flagrante desrespeito à opção individual de cada um.

No centro de Porto Alegre (RS), um bar reagiu à proibição com uma placa: "Proibida a entrada de não-fumantes". Assim fazendo, exerceu sua liberdade de escolha, deixando suficientemente claro para todos qual a clientela visada.

Não se pode dizer que ele não tenha advertido os não-fumantes de que se trata de um local especial para fumantes. Um não-fumante não pode se dizer enganado ao entrar num local desse tipo, nem o poder público deveria se imiscuir numa escolha conscientemente assumida pelo dono desse estabelecimento.

Poderia o poder público exigir a exposição de advertências legais referentes aos problemas do ato de fumar, mas não interferir naquilo que é uma opção individual. Nada impediria que o bar ao lado ostentasse uma outra placa: "Proibido para fumantes". Nesse caso, o cidadão poderia, diante dessa alternativa, escolher a opção que mais lhe conviesse, não necessitando do Estado para monitorar as suas escolhas.

Observe-se que o indivíduo poderia perfeitamente escolher entre entrar num bar ou no outro, segundo a ponderação que fizer sobre o que é melhor para o seu gosto, a sua saúde e os seus hábitos. Devemos considerar que as pessoas são suficientemente pensantes para exercer a sua capacidade de escolha.

Nada impediria tampouco que não entrasse em nenhum bar, dedicando-se a fazer qualquer outra coisa. O que aconteceu? A Prefeitura de Porto Alegre autuou o bar em questão por infringir a lei que proíbe o fumo em lugares fechados. A intervenção foi legal, porém oriunda de uma nova legalidade, que procura justificar e legitimar a ação do Estado no foro íntimo de cada um, esse lugar que deveria ser sagrado em que deliberações são tomadas.

Há algo muito inquietante quando o poder público se atribui essa posição, após campanhas maciças de convencimento da opinião pública, como se estivesse tratando da saúde de cada um. Será que todos os cidadãos são tão incapazes de decidir por si mesmos, necessitando que o Estado tome o seu lugar? De onde provém essa onipotência, senão da sua falsa capacidade de pretender decidir no lugar de cada um?

Tomemos um outro exemplo. Normalmente, a noção de bar vem associada a um lugar em que pessoas tomam bebidas, alcoólicas ou não, comendo petiscos e sanduíches. Consideremos, agora, a possibilidade de que um determinado estabelecimento colocasse a seguinte placa: "Proibida a entrada de não-vodqueiros". Sua carta de bebidas estaria constituída somente de garrafas de vodca, das mais distintas proveniências, tanto nacional quanto internacional. Os amantes dessa bebida poderiam usufruir dos seus mais distintos gostos, em comparações étlicas das mais diferentes. Em princípio, nada haveria a obstar contra a existência desse tipo de bar. Poderíamos também incluir ao lado um outro bar ou uma série bares com distintas placas: "Proibida a entrada de não-cachaceiros", "Proibida a entrada de não-bebedores de vinhos" e assim por diante.

Em princípio, nada haveria a opor a tal situação, embora devêssemos considerar a possibilidade de que um ministro ou uma autoridade municipal, no afã de proibir, promulgasse uma nova lei, interditando tais estabelecimentos. Em vez do lema anarquista de "proibido proibir", estamos vivendo, de fato, uma quadra assaz curiosa, a do "proibido não proibir".

Por enquanto, não há nenhuma proibição relativa ao anúncio de tais tipos de bar. Digo "por enquanto" pois essa onda avassaladora do politicamente correto pode produzir uma nova situação, em que, por exemplo, bebidas de um maior teor alcoólico não mais possam ser vendidas.

Aliás, tudo se pode esperar de políticos e ministros que confundem saúde com aumento de impostos e com uma maior presença estatal na vida de cada um. São os novos sanguessugas, sugam o bolso dos contribuintes e dizem trabalhar para o seu bem. Perderam a CPMF e buscam agora ressurgir com a bandeira do politicamente correto.

**DENIS LERRER ROSENFELD , 57, doutor pela Universidade de Paris 1, é professor titular de filosofia da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e editor da revista "Filosofia Política". É autor de "Reflexões sobre o Direito à Propriedade", entre outros livros.*

Grilagem na Amazônia agora é lei – Sítio Eletrônico do MST – 15/07/2008

O Senado aprovou na semana passada (09/07), que pode ser traduzida como a “legalização da grilagem”. Ela trata da dispensa de licitação para a venda de terras públicas com até 1.500 hectares – limite ampliado em mil hectares – sob a tutela do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Foram 37 votos a favor, 23 contra e três abstenções numa sessão onde oposição e base aliada do governo eram quase indistinguíveis.

A MP 422 é uma cópia fiel do projeto de lei 2278/07, do deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), que ampliava o limite máximo de áreas invadidas na zona rural da Amazônia Legal que poderiam ser legalizadas pelo governo sem exigências, como uma licitação.

Histórico - Oficialmente, a Medida Provisória nº 422, de 25 de março de 2008, é uma nova redação da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e institui normas para licitações e contratos da administração pública.

Em 1993, a Lei permitia a regularização de posse de até um módulo rural sem licitação. A área do módulo varia em cada município e pode chegar a no máximo 100 hectares. Em 2004, ela foi alterada e passou a ser de até 5 módulos.

Com a assinatura e aprovação desta MP, o Incra pode permitir a posse de terras de até quinze módulos rurais na Amazônia Legal.

Antes de chegar ao Senado, a Medida Provisória foi aprovada da Câmara dos Deputados em junho deste ano, poucas horas após a saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente. Agora, para entara em vigor, é preciso apenas a sanção presidencial.

Sem-terra fecham estrada em MT – Estado de São Paulo – Nacional – 16/07/2008

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Assentados e Acampados (MTA) bloquearam ontem a BR-174, em Mato Grosso, na altura do Km 40. O trecho interditado está entre Cáceres e Lacerda. Os manifestantes garantem que só vão liberar a rodovia após a presença do superintendente do Incra no Estado. O movimento exige que sejam realizadas vistorias em fazendas da região para assentamento de sem-terra. Só está sendo liberada a passagem de ambulâncias.

Derrota de um estilo – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 19/07/2008

O casal Kirchner sempre acreditou em confrontar para conquistar, mas forçou a mão no conflito agrícola e saiu perdendo

CRISTINA Kirchner assumiu a Argentina em condições muito menos adversas que as enfrentadas pelo marido, Néstor, quatro anos antes. Com menos de um quarto dos votos, ele chegava ao poder de um país fraturado, que tivera cinco presidentes nos dois anos anteriores.

Cristina, surfando na onda da recuperação econômica pilotada pelo cônjuge com o auxílio de um cenário externo favorável, impôs à segunda colocada, Elisa Carrió, a maior margem de pontos na Argentina pós-ditadura. A fratura do país parecia superada.

Números, no entanto, muitas vezes são enganosos, como bem sabem os Kirchner. Afinal, foi manipulando os índices da inflação que conseguiram manter alto o superávit fiscal primário.

Acreditando no mito da própria onipotência, o casal presidencial forçou a mão em março. Sem poder contar com receitas extraordinárias que ajudaram a equilibrar as contas nos últimos anos, promoveu um aumento das alíquotas sobre exportação de grãos a níveis que o próprio Roberto Lavagna, ex-ministro de Kirchner responsável pela entrada desses tributos em vigor, qualificou de confiscatórios.

O aumento foi a gota d'água para o campo, que já questionava as políticas para o setor que é o dínamo da economia argentina. Na radicalização, saiu perdendo o governo. A popularidade de Cristina despencou para menos de 20%. Acuada, a presidente decidiu, após três meses de impasse, recorrer ao Congresso, para dar "institucionalidade" à medida.

Tarde demais. O tempo e o desgaste diluíram a ampla base que possuía no Legislativo. A vitória na Câmara foi apertada; no Senado, o vice-presidente, Julio César Cobos, usou seu voto de Minerva para desempatar contra a Casa Rosada.

Cobos, ironicamente, foi escolhido também para dar "institucionalidade" à candidatura de Cristina. Arredios a dividir poder, os Kirchner encenaram magnanimidade ao dar o cargo de vice a um político da União Cívica Radical, rival histórica do peronismo. Não passou de aceno: antes mesmo de explicitar a divergência, Cobos já era marginalizado pelo governo por insinuar-se independente demais.

A derrota de Cristina é a derrota de um estilo. Kirchner e a mulher sempre acreditaram em confrontar para conquistar. Tiveram sucesso quando os inimigos não passavam de fantasmas sem chance de se defender, como os remanescentes da última ditadura finda há 25 anos. Fracassaram quando o adversário mostrou poder de mobilização próprio, independente das verbas que o governo usou para cooptar, por exemplo, os piqueteiros, fundamentais para a derrubada de Fernando de la Rúa em 2001.

O tom belicoso do primeiro discurso pós-derrota mostra que Cristina Kirchner não aprendeu a lição. Em sete meses no cargo, viu o céu de brigadeiro da posse turvar-se em crise política, convulsão social e de desaceleração econômica. A manter-se a toada, com mais de três anos de gestão à frente, sobrar tempo para que ela e o marido dinamitem tudo o que construíram desde 2003.

Preço da terra avança 17% em 12 meses – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro - 19/07/2008

Alta de commodities, escassez de áreas e grau de investimento elevam valor do hectare; média nacional bate recorde - Preço de R\$ 4.287 representa crescimento de 41% nos últimos 36 meses; produção de grãos puxa cotações em áreas agrícolas

A forte alta das commodities, a procura por alimentos, a escassez de áreas agricultáveis no mundo e, mais recentemente, a condição de "investment grade" obtida pelo Brasil estão aquecendo os preços de terras brasileiras.

No bimestre maio-junho, o preço médio atingiu R\$ 4.287 por hectare, 17% a mais do que há um ano e 41% de aumento nos últimos 36 meses. É o que mostra o estudo "Análise de Mercado de Terras", do Instituto FNP.

Dessa conjugação de fatores que impulsionam os preços da terra para cima, as commodities são o principal motivo de pressão, segundo Jacqueline Dettmann Bierhals, analista responsável pelo mercado de terras na AgraFNP.

As maiores altas ocorrem, portanto, em áreas destinadas à produção de grãos. Bierhals diz que, com pagamento indexado em sacas de soja, a terra destinada a grãos não pára de subir. "O número de sacas pedido por hectare continua aumentando e já atinge a estratosférica marca de 600 sacas por hectare."

Outro fator de pressão nos preços da terra são os investimentos estrangeiros. Por ora, como ainda não saiu a anunciada revisão na legislação que regulamenta a compra de terras por investidores externos, a compra ocorre em associações com capital nacional.

Ainda é difícil determinar volume e localização desses investimentos estrangeiros, segundo a analista. Oeste baiano, Piauí, Maranhão e, em menor escala, Mato Grosso têm sido, no entanto, as regiões preferidas do capital estrangeiro.

Muitos desses investimentos são de grupos ligados à agricultura e vêm ao Brasil em busca de locais para a produção de grãos. Outros, no entanto, adquirem a terra para esperar valorização, diz Bierhals.

"Mesmo com o novo patamar de preços e o real fortalecido, as terras no Brasil ainda são mais baratas que em outros países, e isso deve continuar atraindo o olhar dos estrangeiros", afirma a analista da AgraFNP.

A procura maior tem se caracterizado por glebas de terras de grande tamanho, localizadas principalmente em regiões de expansão de fronteiras agrícolas, diz Bierhals.

Investidores estrangeiros e nacionais continuam na busca de ativos reais seguros, já que há um aumento nos riscos nos investimentos no mercado financeiro, segundo ela.

Para a analista da AgraFNP, a entrada de empresários que não são tradicionais do agronegócio pode trazer uma mudança estrutural no setor produtivo. "Eles [novos empresários] tendem a trazer técnicas mais modernas de administração e intensificam o processo de profissionalização do setor."

Pastagens - Terras de pastagens, após perderem espaço para grãos e cana-de-açúcar, começam a recuperar preços devido ao novo ciclo na pecuária. Depois de muitos anos amargando baixa remuneração no boi, os pecuaristas se desfizeram de parte do rebanho, principalmente das matrizes.

O rebanho diminuiu e está havendo uma escassez de animais prontos para o abate. Com a falta de gado, o preço da arroba saiu de R\$ 50 para R\$ 90 nos últimos meses, elevando os preços das terras de pastagens.

Para Bierhals, "esse tipo de terra deve ficar ainda mais disputado nos próximos anos". A pressão por terras destinadas à produção de cana-de-açúcar, que avançou sobre áreas de pastagens e de grãos nos últimos anos, principalmente no centro-sul, está diminuindo. A rápida expansão do setor sucroalcooleiro gerou queda nos preços da cana-de-açúcar e provocou uma acomodação na procura por terras.

O ganho de competitividade no setor e os elevados preços do petróleo indicam que, no médio prazo, as condições devem continuar favoráveis para esse setor, que gera açúcar, álcool e energia, diz Bierhals. Apesar dos problemas da economia mundial, principalmente nos Estados Unidos, o momento ainda é favorável para investimento em terras no Brasil, segundo a analista.

Roraima e o Brasil – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 21/07/2008

Engana-se quem pensa que os problemas desse estado do extremo Norte do país digam respeito somente aos que lá vivem. Olhando de longe, poderíamos dizer: não é conosco! Midiaticamente, porém, eles terminaram ganhando relevo graças à ação de proprietários rurais, índios, militares e governantes, que se insurgiram contra a política indigenista tal como está sendo conduzida pelo governo por considerá-la prejudicial ao interesse nacional.

Sob a ótica do politicamente correto, é como se lá se travasse uma luta entre "arrozeiros" e "índios", onde os primeiros seriam os "maus" e os segundo, os "bons", num roteiro de péssima qualidade que relembra os filmes de faroeste de terceira classe. A especificidade, no caso, é que os "bons" seriam vítimas de fazendeiros perversos,

necessitando a intervenção de outros “mocinhos”, a força policial federal. Entre outras coisas, desatentase para o fato de que os índios se encontram nos dois lados, sendo em sua maior parte aculturados, de diferentes etnias (macuxis e jaricunas, entre outras), falando português. Vinte por cento da população de Boa Vista é constituída de índios. A população indígena total, dependendo das estimativas, varia entre 14.500 e 19.000 pessoas.

Roraima é um estado pobre, embora rico do ponto de vista de seus recursos naturais. A sua pobreza é tributária da ausência de regularização fundiária das terras existentes, resultado de anos de inércia deste governo e do anterior, que foram incapazes de titular essas terras. No processo de transição do então território de Roraima ao novo estado, a questão de se são terras da União ou do estado não foi até hoje resolvida, criando uma insegurança jurídica, nociva para os que querem trabalhar. O contribuinte paga anualmente mais de 1 bilhão de dólares para que esse estado possa funcionar.

Para se ter uma idéia dos números, com a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, o estado de Roraima se inviabilizaria enquanto entidade federativa. Terras indígenas constituiriam 46,74% de toda a área estadual. Se acrescentarmos as unidades de conservação estadual, federal e outras, chegaremos ao total de 74,60% de áreas destinadas. O que está sendo pleiteado pelos “arrozeiros”, pelos “bandidos”, seria uma área de apenas 4,76% da área demarcada, algo insignificante, mas extremamente importante do ponto de vista econômico-social.

Trata-se de uma ilha de prosperidade, um pedaço de Primeiro Mundo, numa terra que clama por progresso. Manter simplesmente o status quo, como pretendem as ONGs nacionais e internacionais, assim como um setor governamental, equivaleria a colocar sérios entraves ao seu desenvolvimento, como se o seu destino fosse tornar-se um zoológico internacional, pago pelos pagadores de impostos, para ser visitado por turistas. A questão, no entanto, reside nos administradores do zoológico, que poderá ser dito decisivo para a Humanidade no seu conjunto, em cujo caso os seus gestores poderiam ser uma entidade ou ONG internacional.

Não é casual que a questão indígena brasileira tenha se tornado uma questão propriamente internacional, como se a soberania brasileira fosse relativa, como a propriedade dos empreendedores rurais.

Exemplo disso foi a visita feita por dois índios da região a vários países europeus, com todo o apoio da Igreja Católica. Em nome de seu direito à “autodeterminação” fizeram esse périplo, sendo recebidos pelo Papa, na culminação dessa busca pelo reconhecimento.

Reconhecimento de quê? Reconhecimento de uma “nação” que passaria a se determinar autonomamente. Ressalte-se que essa “missão” fala por si mesma, pois exhibe, pelo seu comportamento, o que almejam no futuro: ser membros de uma entidade que se relacionaria, enquanto nação, com outras nações.

Como poderia um ente federativo, chamado estado, sobreviver se praticamente 50% do seu território seria constituído por nações indígenas? O estado de Roraima seria constituído progressivamente de distintas nações, que, mesmo para a exploração do subsolo, rico em minérios, deveriam ser previamente consultadas.

E se disserem não, o que aconteceria? Mandaria o governo a Polícia Federal para desalojá-los como fez contra os proprietários, os trabalhadores, os brancos e os índios, numa demonstração ostensiva e truculenta de força?

***DENIS LERRER ROSENFELD é professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**

Preço da terra segue em alta no país – Valor Econômico – Agronegócio - 21/07/2008



Os preços de terras agrícolas continuam firmes no Brasil, principalmente nas regiões produtoras de soja e áreas de pastagens, que começaram a se valorizar com a alta do boi gordo no mercado. No país, a cotação média do hectare encerrou o bimestre (maio/junho) a R\$ 4.287, com aumento de 17% e ganho real de 2,9% em relação há 12 meses, segundo levantamento realizado pela AgrafNP. Nos últimos 36 meses, a valorização média foi de 40,5%, frente uma inflação de 20% no período, resultando em um ganho real de 6,4%. "Os grãos estão impulsionando os preços das terras, que devem se manter em alta nos próximos meses, por conta da forte demanda no mercado", diz Jacqueline Bierhals, analista responsável pelo mercado de terras na consultoria paulista.

No bimestre maio/junho, o Sul foi a região onde o preço da terra mais se valorizou em 12 meses: 28,2%. Na região Norte, as terras subiram 24,5% no mesmo intervalo. No Centro-Oeste e no Nordeste, a alta foi de 18% e, no Sudeste, a valorização foi menor, de 9,3%.

De acordo com Jacqueline, a região do Mapito - nova fronteira agrícola que compreende os Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins - e o oeste baiano são as que estão

gerando maior demanda por parte dos compradores. "Essas regiões têm recebido investimentos de tradicionais grupos de produtores e também de estrangeiros".

Como a revisão na lei que regulamenta a compra de terras por estrangeiros ainda não saiu, as compras financiadas por estrangeiros estão aquecidas, sobretudo no Centro-Oeste e Nordeste, de acordo com a analista da AgraFNP.

Para as terras negociadas para plantio de grãos, os preços são indexados em sacas de soja. Com a valorização das áreas, há propriedades que já estão sendo negociadas a 600 sacas por hectare. O que atrai interesse para Mapito são os preços. Lá há terras negociadas a 60 sacas por hectare, diz a analista.

Na contramão, os preços de terras para cana se valorizaram menos que a inflação. "As vendas de terras no Sudeste estagnaram. O aumento médio em 12 meses ficou em 9,3% [ante inflação de 14%]." Na Amazônia Legal, as vendas estão paradas, segundo a AgraFNP.

Em comunicado enviado na sexta-feira à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a SLC Agrícola, uma grande proprietária de terras no país, revisou para cima sua estimativa de área plantada. Para a safra 2008/09, passou de 193 mil hectares a 220 mil. Para 2009/10, de 223 mil a 270 mil hectares. (MS)

Sem-terra invadem prédios do Incra em sete Estados – Roldão Arruda, Thiago Décimo e Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 22/07/2008

Militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ocuparam ontem as sedes das superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em sete Estados. Em São Paulo, quando os funcionários da superintendência chegaram para trabalhar já encontraram o edifício tomado. Os militantes impediram sua entrada, autorizando apenas a permanência do pessoal da segurança. Também ocorreram manifestações em Maceió, João Pessoa, Salvador, São Luís, Fortaleza e Goiânia. Na capital da Bahia, os militantes acamparam no estacionamento da superintendência regional.

De acordo com a direção nacional do MST, as ocupações fazem parte de uma jornada de luta para exigir mais rapidez do governo na execução da reforma agrária. "Em outros governos, a reforma sempre andou a passo de tartaruga. No governo do presidente Lula, nem isso acontece: a tartaruga quase parou", disse ao Estado o militante José Batista de Oliveira, mais conhecido como Batista, da direção nacional do movimento.

Em São Paulo, segundo informações do dirigente, chega a 1.600 o total de famílias acampadas, à espera de lotes da reforma. No Brasil seriam 140 mil. "Para piorar a situação, o governo não está dando assistência às famílias já assentadas", acusou Batista. "Em São Paulo são 700 famílias, que, depois de receberem o lote de terra, foram esquecidas. Conquistaram a terra, mas não contam com crédito, moradia, estradas, água, assistência técnica, enfim, nenhuma infra-estrutura. Isso impede as famílias de produzirem."

Procurada pelo Estado, a direção nacional do Incra, em Brasília, preferiu não responder as críticas do MST, nem comentar as invasões. Em outras ocasiões, no entanto, dirigentes daquela autarquia já disseram que no governo de Luiz Inácio Lula da Silva

ocorreram melhorias nos programas de crédito para assentados, construção de moradias e assistência técnica, além da expansão do número de assentamentos.

Para o MST, nada disso é verdade. “As políticas do governo nessa área são tímidas e ineficientes”, disse Batista.

A jornada do MST, que deve se estender pelos próximos dias, não visa só o governo federal. Ela constitui também uma reação da organização ao endurecimento que estaria ocorrendo em alguns Estados contra as invasões de terras e edifícios públicos. Trata-se de um processo de criminalização dos movimentos sociais, segundo a direção nacional do movimento. “Querem tratar a questão social como caso de polícia”, disse Batista. “O Ministério Público, que deveria estar ao lado desses pobres, que exigem terras para produzir alimentos, decidiu criminalizá-los.”

O dirigente se referia a um relatório interno do Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que, em dezembro do ano passado, recomendou a extinção do MST no Estado. Posteriormente, o relatório foi desautorizado pelo mesmo conselho. Mas, segundo os sem-terra, ele sinaliza o clima de hostilidade contra o movimento naquele Estado.

No momento, o mais conhecido dirigente do MST, João Pedro Stedile, enfrenta um processo na Justiça gaúcha, no qual é apontado como responsável pela depredação de um viveiro da empresa Aracruz, efetuado por mulheres da Via Campesina, em 2006. Em Belém, um dirigente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que age ao lado do MST, foi condenado à prisão por participar de uma invasão do Incra.

Experiência da CPT atrai bispos sul-africanos – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 22/07/2008

Dirigentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) vão se reunir hoje em Goiânia - onde fica a sede da instituição - com representantes da Conferência dos Bispos da África do Sul. Eles vão conversar sobre a experiência da Igreja do Brasil com causas sociais, especialmente o seu envolvimento com a questão da reforma agrária. A CPT, braço da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na zona rural, foi o berço do Movimento dos Sem-Terra (MST) e até hoje dá suporte às ações dessa organização.

Ontem os sul-africanos estiveram na sede da CNBB, em Brasília. O grupo, que chegou ao Brasil no dia 14, já passou pela Bahia, conhecendo experiências da Igreja na zona rural.

Sem-terra invadem sede do Incra em seis Estados – Folha de São Paulo – Brasil – 22/07/2008

Agricultores sem terra ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) promoveram protestos e invasões ontem a seis superintendências do Incra (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária) pelo país: São Paulo, Maranhão, Alagoas, Paraíba, Ceará e Goiás.

Os sem-terra cobram do governo federal mais agilidade na reforma agrária e mais estrutura para os assentamentos já existentes. As ações marcam o "dia do trabalhador rural", que ocorre no próximo dia 25, e devem continuar até agosto.

Segundo o MST, mais de 400 pessoas ocuparam a sede do Incra em São Paulo. Em Fortaleza, cerca de mil integrantes do MST acamparam dentro e fora do prédio do Incra - havia barracas montadas no canteiro central da avenida em frente ao órgão. Já em Alagoas, além da ocupação do prédio do Incra, os sem-terra anunciaram a invasão da fazenda Carolina, do extinto Produban, em Teotônio Vilela (104 km de Maceió). Em João Pessoa, eram cerca de 800 integrantes na sede do órgão para reivindicar o assentamento de 2.600 famílias. Em Goiânia, segundo o órgão, cerca de 200 pessoas permaneciam acampadas no pátio -os sem-terra contabilizam 550 famílias. Em São Luís (MA), cerca de cem agricultores, segundo o Incra, estão acampados no pátio externo da superintendência. Os integrantes do movimento informaram que são 600 famílias acampadas e condicionaram a saída a uma reunião com o presidente do órgão. O Incra já iniciou negociações em todos os Estados.

REDUZIR 50% DO DESMATE CUSTARIA ATÉ US\$ 28 BILHÕES – Folha de São Paulo – Ciência – 22/07/2008

Um estudo publicado hoje na revista "PNAS" estima que reduzir o desmatamento das florestas tropicais de todo o planeta em 10% até 2030 diminuiria as emissões de CO2 entre 300 e 600 milhões de toneladas por ano. A medida custaria de US\$ 400 milhões a US\$ 1,7 bilhão por ano. Uma redução de 50% seguraria até 2,7 bilhões de toneladas de CO2 no solo, ao custo máximo de US\$ 28 bilhões. A destruição de florestas tropicais é hoje a segunda maior fonte de emissão dos gases de efeito estufa, fenômeno por trás do aquecimento global.

Sem-terra ocupam banco em São Paulo – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 23/07/2008

Militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram na manhã de ontem duas agências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no interior de São Paulo - em Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, e em Araraquara. Outro grupo, com 60 integrantes, ocupou a agência da Nossa Caixa em Presidente Prudente. As ações fazem parte da nova jornada nacional de luta do MST, iniciada na segunda-feira, para cobrar do governo federal mais rapidez na reforma agrária.

No Rio Grande do Sul, cerca de 600 assentados e acampados do MST na região do município de Nova Santa Rita, a 30 quilômetros de Porto Alegre, iniciaram uma marcha, também com o intuito de chamar a atenção para a lentidão da reforma. Eles caminharam ontem pelas rodovias BR-386 e BR-116 e acamparam em Canoas, onde participarão de debates sobre a questão agrária.

No domingo eles voltam a marchar, rumo à capital. Na segunda-feira juntam-se a outros militantes para um ato público em defesa da liberdade de manifestação do MST. O ato ocorrerá um dia antes da primeira audiência de um processo movido pelo Ministério Público Federal, em Carazinho, contra oito militantes da organização, acusados de crimes contra a ordem política e social.

Para hoje está previsto o início de uma nova marcha, na região do Pontal do Paranapanema, no interior de São Paulo, organizada por grupos ligados ao líder José Rainha Júnior. Embora ele se apresente como dissidência do MST, a manifestação também é para protestar contra a lentidão da reforma agrária. De acordo com Rainha, os grupos saem de três cidades - Santo Anastácio, Martinópolis e Tarabai - e caminham durante três dias em direção a Presidente Prudente. Paralelamente, militantes do MST mantinham ontem as ocupações das sedes das superintendências do Incra em sete capitais, realizadas na segunda-feira, o primeiro dia da jornada. Eles só devem sair após discutirem suas reivindicações com os superintendentes regionais.

A jornada deve prosseguir durante toda a semana. Amanhã, dirigentes e advogados do MST vão anunciar em São Paulo que recorrerão à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra as ações do Ministério Público no Rio Grande do Sul.

Em Presidente Prudente, a agência da Nossa Caixa, controlada pelo governo estadual, foi ocupada por volta das 10 horas. Segundo os dirigentes dos sem-terra, o objetivo era reivindicar a renegociação de débitos agrícolas dos assentados da região. À tarde, os invasores deixaram o local, depois da promessa de um encontro, na próxima semana, para discutir a proposta.

As ocupações do Incra em Teodoro Sampaio e em Araraquara mobilizaram em conjunto quase 200 militantes. ***COLABORARAM BRÁS HENRIQUE, JOSÉ MARIA TOMAZELA e ELDER OGLIARI**

Líder do MST apóia candidato de curral eleitoral da Rocinha – O Globo – Capa – 24/07/2008

José Rainha afirma que incentivou Claudinho a concorrer a vereador O líder do MST José Rainha Júnior, que há anos comanda invasões de terra em São Paulo, disse ontem que incentivou a candidatura a vereador do presidente da associação de moradores da Rocinha, Luiz Cláudio de Oliveira.

Claudinho da Academia, como é conhecido, estaria impedindo adversários de fazer campanha no local, o que levou anteontem fiscais do TRE e policiais militares a escoltar uma candidata a vereadora na Rocinha. Segundo denúncias, o curral eleitoral teria o apoio do chefe do tráfico no morro.

O MST negou qualquer relação com a diretoria da associação. O candidato Marcelo Crivella, que tem em sua coligação o PSDC, partido de Claudinho, visitou ontem a Rocinha, sem PMs.

Página 3

O MST no 'curral' da Rocinha - Aduari Antunes Barbosa e Flávio Tabak – O Globo – O País – 24/07/2008

O líder do MST José Rainha Júnior, que atua na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, disse ontem que não só apóia como foi um dos que incentivaram a candidatura a vereador do presidente da associação de moradores da Rocinha, Luiz Cláudio de Oliveira (PSDC), conhecido como Claudinho da Academia. O candidato diz ter o apoio de mais de cem líderes da favela, e estaria impedindo a entrada de adversários na área. O curral eleitoral teria, segundo denúncias, o apoio do tráfico.

Rainha disse que é amigo de Claudinho e que já se encontrou com ele em várias visitas que fez à favela carioca. O líder do MST disse freqüentar a Rocinha desde 1997, e afirmou que Claudinho não tem relações com traficantes. Ao explicar as visitas, Rainha defendeu a necessidade de organizar os moradores para lutar contra o que chamou de ausência do Estado e o preconceito contra o população do morro.

— Precisamos orientar, mostrar para esse povo que é preciso lutar — disse Rainha, por telefone, de Presidente Bernardes, onde ele lidera uma marcha do MST que saiu ontem da cidade e irá até Presidente Prudente.

Anteontem, quando a candidata do PT Ingrid Gerolmich teve que levar a PM para entrar na Rocinha, além de Claudinho apareceu uma mulher, Niúra Antunes, que disse ser do MST e trabalhar na favela fazendo “formação política”.

Ontem, a direção do MST no Rio, em nota, negou que ela seja ligada ao movimento. Rainha, porém, disse que Niúra é amiga dele: — Niúra é nossa amiga, militante do movimento sem-terra.

Tem um trabalho espetacular na área da saúde — disse Rainha.

O líder dos sem-terra disse que a última vez que esteve na favela foi no lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no começo de março. Em uma das várias visitas, conheceu Claudinho, quando ele disputava a eleição da associação dos moradores da favela.

— Gostei muito dele, uma pessoa comprometida, séria. Vi o trabalho dele na comunidade e incentivei a participação dele. Disse que ele tinha que ser candidato a vereador sim e, se ganhar, deve sair para deputado estadual — afirmou Rainha, negando envolvimento do candidato a vereador com traficantes.

Rainha estaria brigado com integrantes da direção do MST, mas evita comentar: — Isso eu discuto com eles, da direção. Discuto internamente. Quem não tem ética discute pela imprensa — disse Rainha, garantindo ainda que continua no MST: — Sou do movimento.

Nunca deixei de ser.

“Está acontecendo algo diferente na Rocinha”

Depois de se apresentar como representante do MST na favela na véspera, Niúra ontem disse que não milita no movimento desde 2004. A assistente social afirmou, porém, que “representa os ideais do movimento na Rocinha”. Disse também ter ajudado a organizar, desde 1997, cinco visitas de Rainha à favela, sempre no intuito de “mostrar o direito que os moradores têm”, para que não sejam usados por políticos que aparecem em período eleitoral. Ela esteve anteontem na entrada do morro defendendo Claudinho.

— O Rainha vem aqui, ele é do MST, mas não quer dizer que o movimento está dentro, mas sim os ideais que pregam a organização dos trabalhadores.

É um processo de amadurecimento.

Está acontecendo algo diferente na Rocinha, estão criando consciência política — disse Niúra.

Ela também afirmou que Rainha vai pedir votos para Claudinho, que já esteve no Pontal do Paranapanema para conhecer as ações do movimento.

Ela também disse que nunca teve contato com traficantes da facção criminosa que controla da favela: — Nunca tive contato com o tráfico e também não houve interferência alguma. Eu me sinto muito segura aqui dentro. A violência é do poder público, não da comunidade. Eu me considero uma cidadã que não se conforma com esse tipo de sociedade. Represento os ideais do MST.

Sobre Claudinho, Niúra disse que ele é o nome mais forte da favela.

— Com toda certeza ele é a maior liderança — afirmou Niúra, que conheceu Claudinho quando este levou os filhos que têm problemas auditivos para uma consulta no Instituto de Audiologia Santa Catarina, em Duque de Caxias, do qual é diretora.

A assistente social começou a militar no MST em 1998. Ficou sete anos no Pontal, onde liderou o movimento de mulheres. Ela diz manter contato com os líderes do movimento. Para o MST do Rio, porém, o movimento não “tem nenhuma relação com a atual diretoria da Associação de Moradores da Rocinha, como também com nenhum representante do MST fazendo ‘formação política’ nesta comunidade”.

Encontro da Via Campesina começa sob protesto de fazendeiros no PR – José Maschio
– Folha de São Paulo – Brasil – 24/07/2008

A 7ª Jornada de Agroecologia, promovida pela Via Campesina, começou ontem em Cascavel (PR) com um protesto de fazendeiros, liderados pela Sociedade Rural Oeste do Paraná, que criticavam o uso de prédio público para realização do encontro. A manifestação reuniu cerca de 200 pessoas. A Polícia Militar evitou o confronto entre manifestantes e camponeses, que chegavam de vários Estados e também do Paraguai e da Argentina para o encontro, que deve reunir cerca de 4.000 pessoas. A PM bloqueou o acesso ao campus da Unioeste, onde ocorre o evento até sábado.

O presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, Alessandro Meneghel, 43, disse que o protesto, além de mostrar que "esses movimentos ditos sociais utilizam os prédios públicos para seus atos", foi também para revelar "ao povo a demagogia daqueles que querem produzir sem agrotóxicos e sem transgênicos".

José Maria Tardin, da Via Campesina, disse que a manifestação dos fazendeiros mostra "a disputa entre a produção independente defendida pelos agricultores familiares e o modelo dependente que homens do agronegócio defendem". Meneghel tentou justificar a baixa adesão ao protesto dos fazendeiros. "Esse pessoal [da Via Campesina] pode reunir muita gente, já que ninguém trabalha. Mas nós temos nossas obrigações". Na abertura do evento da Via Campesina, o palestrante foi o coordenador do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), João Pedro Stedile. "Estatisticamente, o governo Lula usa uma mesma artimanha [do governo] de FHC, que é insuflar os dados com projetos de colonização da Amazônia que não dão certo." *Com **LUIZ CARLOS DA CRUZ**, colaboração para a Agência Folha, em Cascavel

MST volta a criticar ação da Brigada Militar no RS – Clarissa Pont – Carta Maior –
25/07/2008

PORTO ALEGRE - Cerca de 800 trabalhadores sem terra chegaram ao centro da capital gaúcha, na manhã de quinta-feira, para participar de uma audiência pública com a presença do Ministério Público Federal e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A caminhada, que começou na última terça-feira em Nova Santa Rita, é pelo cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado pelo Incra junto ao Ministério Público. Sem data definida para sair, o Movimento está acampado no prédio do Instituto.

Desde quarta-feira à noite, coordenadores do MST já sabiam que chegar a Porto Alegre para participar da audiência pública não seria tarefa fácil. O comandante da BM, coronel Paulo Roberto Mendes, já havia anunciado que impediria a marcha de entrar na cidade. Logo após, afirmou que o órgão não havia recebido "nenhum aviso" sobre a manifestação. Mendes orientou o 9º Batalhão de PM a registrar ocorrência no

Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (Deca), no caso de menores de 18 anos participarem da passeata.

“A Brigada Militar teve uma ação ridícula, como em todas últimas vezes. É tudo articulado para humilhar o trabalhador sem terra e taxá-lo de violento. A Brigada Militar já tinha acompanhado o carregamento do nosso material em Canoas. Aqui, fomos revistados na entrada de Porto Alegre”, contou Inês Rodrigues. Conforme ordem do comandante da BM, só depois de todos trabalhadores serem abordados e revistados, é que a marcha entrou na cidade. Inclusive crianças foram revistadas durante a ação. Foram identificados policiais sem farda em serviço, fazendo fotografias e filmando os manifestantes.

“Queremos dizer que essa não é uma postura somente contra nós. Se isso continuar, qualquer pobre vai apanhar da polícia na rua. O diálogo com a sociedade deve ser de mostrar que isso é uma prática de governo. O Governo Yeda assume publicamente que está associado à monocultura de eucalipto. O que deveria ser segurança pública é, na verdade, violência contra o cidadão”, contestou Inês Rodrigues.

A principal reivindicação dos trabalhadores sem terra que estão acampados no Incra é de que o Governo Federal apresse o assentamento de mil das 2,5 mil famílias acampadas à beira de estradas no Rio Grande do Sul. A decisão de acampar nos corredores do edifício de oito andares, localizado na região central da capital gaúcha, foi o último ato de uma manifestação que havia começado ao amanhecer, quando o grupo deixou o ginásio do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS) e iniciou uma caminhada de 12 quilômetros, entre a região metropolitana e a capital do estado. “Não temos data para sair aqui do Incra. Queremos acompanhar o processo de aquisição de terras”, assegurou Inês Rodrigues, uma das integrantes do MST que participa da ocupação do Incra.

Conforme o TAC, o Governo Federal deveria assentar mil famílias até abril e outras mil famílias antes do final deste ano. Até o momento, de acordo com a coordenadoria do MST no Rio Grande do Sul, menos de 40 famílias de agricultores foram assentadas no período. O superintendente regional do Incra, Mozar Dietrich, informou que o prazo para o assentamento de mil famílias, segundo acordo fechado em novembro e vencido em abril, teve de ser prorrogado até setembro porque o instituto encontrou dificuldades para desapropriar e adquirir terras no Estado. Segundo ele, a intenção é que seja encontrada uma solução para estas famílias dentro deste prazo.


“O trabalhador na cidade está pagando mais caro pela comida porque as terras estão sendo utilizadas para plantar mais eucalipto e mais soja para combustível, diminuindo os alimentos”, disse Ana dos Santos. “Com a reforma agrária, podemos gerar mais emprego e produzir mais alimentos, como os assentamentos da região de Porto Alegre que produzem 2 milhões de toneladas de arroz ecológico”, exemplifica Ana, da coordenadoria estadual do MST.


Ações acontecem desde segunda-feira, em todo Brasil - Desde a última segunda-feira, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra vem ocupando superintendências do Incra. Em São Paulo, Alagoas, Paraíba, Bahia, Maranhão, Ceará e Goiás, manifestantes exigem o assentamento das 140 mil famílias acampadas e um programa de agroindústria


para assentados. “A Reforma Agrária está parada em todo o país. Exigimos o assentamento das famílias acampadas e um programa de agroindústrias para nossas áreas”, afirma José Batista de Oliveira, da coordenação nacional do MST. Em Alagoas, por exemplo, a ação conjunta do MST com a Pastoral da Terra fez com que mais de 80 famílias ocupassem a Fazenda Carolina, no município de Teotônio Vilela.

Justiça do Pará condena MST a indenizar Vale em R\$ 5 milhões – Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 25/07/2008

A Justiça Federal de Marabá, no sul do Pará, condenou três líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST) na região a pagar R\$ 5,2 milhões, dentro de 15 dias, à mineradora Vale por descumprir decisão judicial que proibiu a interdição da ferrovia de Carajás, em abril. O MST havia fechado a linha férrea por duas vezes no decorrer de 2007, impedindo o transporte de minério de ferro do Pará até o Porto de Itaqui, no Maranhão. Em fevereiro, a Vale obteve liminar que proibia protestos que interrompessem a passagem de trens. O mérito foi julgado agora com a condenação dos três dirigentes.

[Enquete](#): Decisão da Justiça contra o MST foi acertada? 

[Galeria](#) traz imagens das invasões do movimento 

[TV Estadão](#): Assista à entrevista com Stédile 

Na sentença, o juiz Carlos Henrique Borlido Hadad afirma que os dirigentes do MST Luís Salomé de França, Eurival Carvalho Martins e Raimundo Benigno Moreira “lideraram diversas pessoas na invasão da estrada de ferro e, por essa razão, devem responder pela totalidade dos danos causados, como arcar com a multa imposta caso a turbação ocorresse”. Durante a invasão, os dormentes da ferrovia foram incendiados, cabos de fibra ótica e de energia cortados e trilhos levantados.

O juiz também levou em conta os fatos relatados pelo oficial de Justiça, que menciona a reunião de manifestantes do MST e garimpeiros sob a liderança de França, Martins e Moreira no acampamento de onde partiu a invasão à ferrovia. Carlos Hadad destaca o que chama de “comportamento fugidio” de Moreira, que a todo momento era informado, pelo telefone celular, da movimentação que antecedeu o fechamento da linha.

A Vale terá de pagar honorários advocatícios, no valor de R\$ 1 mil, na mesma ação que moveu contra Marilene Machado dos Santos, outra acusada pela empresa de liderar a invasão. Ela ofereceu defesa e conseguiu obter “ilegitimidade para a causa”. Segundo os autos da ação, não há nada que a vincule à obstrução da ferrovia de Carajás. Outro acusado pela Vale, Otacílio Rodrigues Rocha, também conseguiu provar que ele e a cooperativa que representa não desempenharam atividades durante o protesto que violassem a posse da empresa ou danificassem seus bens.

O MST protestou ontem contra a condenação de seus diretores no Pará. Anunciou que prepara recurso para evitar o pagamento dos R\$ 5,2 milhões. De acordo com o movimento, a sentença do juiz Hadad representa a “criminalização” dos movimentos sociais que lutam “contra as injustiças no campo e por um Brasil melhor”.

Ontem, em Belém, o movimento promoveu um ato de solidariedade a seus líderes condenados. Na manifestação, foram denunciados supostos crimes ambientais na Amazônia provocados pela Vale e as várias ameaças de morte contra ativistas, assim como a recente condenação, também pelo mesmo juiz de Marabá, do advogado e coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) José Batista Gonçalves Afonso. Ele é acusado de liderar invasão à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no município em 1997.

À REVELIA - “Essa situação mostra a dificuldade do MST em exercer seu direito de defesa. Os três condenados não tinham advogado de defesa e foram condenados à revelia. Os que tinham defensores foram absolvidos e a Vale terá de pagar as custas do processo na Justiça. No recurso que haverá a partir de agora, a situação será revertida”, explicou o advogado do movimento Aton Fon Filho. A Vale não quis se manifestar sobre a decisão da Justiça.

Pela primeira vez em sua história o MST recebe uma multa tão expressiva, embora o passivo da organização nos últimos anos com infrações ultrapasse os dois dígitos em milhões de reais. Além da Justiça Federal, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), órgão ligado ao governo paranaense, é quem mais multou os sem-terra. Levantamento de 1985 até 2004 apontou existência de pelo menos R\$ 16 milhões em multas por danos ambientais atribuídos a militantes sem-terra em ocupações e em assentamentos legalizados no Paraná.

De acordo com o IAP, na impossibilidade de identificar os autores da degradação de uma área durante invasão, é multado quem organiza o movimento. O levantamento não inclui os casos de inquérito policial por crimes ambientais atribuídos a grupos de sem-terra. As ações do IAP correm na esfera administrativa. Em setembro de 2004, por exemplo, o instituto multou o MST em R\$ 230 mil por danos ambientais a nascentes de rios na ocupação da Fazenda 4R, em Cascavel.

Em 2006, o líder do MST, João Pedro Stedile, foi denunciado pela invasão do viveiro da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul. A multinacional estimou prejuízo de US\$ 20 milhões. Não houve multa.

De acordo com o departamento jurídico do Movimento dos Sem-Terra, todas as multas aplicadas até hoje não foram efetivadas por serem “inconstitucionais, impagáveis e inócuas”. Os advogados afirmam que, como o MST é um movimento social e não possui cadastro de pessoa jurídica, as multas ficam sem fundamento. ***COLABOROU EDUARDO REINA**

Grupo monta acampamento na sede gaúcha do Incra – Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 25/07/2008

Cerca de 600 integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ocuparam ontem o prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Porto Alegre, para pedir que o governo apresse o assentamento de mil das 2,5 mil famílias acampadas à beira de estradas no Rio Grande do Sul.

A decisão de acampar nos corredores do prédio de oito andares, localizado na região central da capital gaúcha, foi o último ato de uma manifestação que havia começado ao amanhecer. Às 6h30, o grupo deixou o ginásio do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e iniciou uma caminhada de cerca de 12 quilômetros até a sede do Incra.

O deslocamento dos sem-terra provocou um congestionamento de cerca de dez quilômetros no trecho mais movimentado do Estado na rodovia BR-116. Na entrada de Porto Alegre, o grupo foi revistado pela Brigada Militar, que não encontrou armas entre os manifestantes.

DIFICULDADES - O grupo chegou ao prédio do Incra no início da tarde. O superintendente Mozar Dietrich explicou a uma comissão dos sem-terra que o prazo para o assentamento de mil famílias, acordado em novembro do ano passado e vencido em abril deste ano, teve de ser prorrogado até setembro porque o órgão encontrou dificuldades para desapropriar e adquirir terras no Estado.

Os sem-terra consideraram a informação “repetitiva” - porque já tinham conhecimento dela, de reuniões anteriores - e anunciaram que ocupariam o prédio. Os que estavam no pátio entraram e estenderam seus colchonetes nos corredores do edifício. Funcionários do Incra acreditam que o trabalho não será interrompido. Assim como em invasões anteriores, os sem-terra ficaram nos corredores e prometem não bloquear o acesso às salas. “Ficaremos aqui para pressionar o governo federal a oferecer garantias de que vai acelerar os assentamentos no Estado”, disse Gilson Rodrigo de Almeida, da coordenação estadual do MST.

CRIMINALIZAÇÃO - Na caminhada, os manifestantes também protestaram contra o que qualificam de “criminalização do movimento social” no Rio Grande do Sul. Os sem-terra se queixam da ata de uma reunião do Conselho Superior do Ministério Público que pediu o encaminhamento de uma ação de dissolução do movimento à Justiça.

O trecho da resolução que falava em extinção do MST foi retirado pelo próprio conselho em abril deste ano, mas outras orientações da ata resultaram em ações que, aceitas pela Justiça, forçaram os sem-terra a deixar dois acampamentos contíguos à Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, no noroeste do Rio Grande do Sul. Além disso, os integrantes do movimento estão proibidos de se aproximar das fazendas Southall, em São Gabriel; Nenê, em Nova Santa Rita; e Palma, em Pedro Osório.

Caravanas seguem hoje para Prudente – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 25/07/2008

Os sem-terra que marcham em direção a Presidente Prudente, no Pontal do Paranapanema, acamparam ontem à tarde nas imediações da cidade. As três colunas, procedentes respectivamente de Santo Anastácio, Tarabai e Martinópolis, municípios da região, vão se juntar hoje de manhã nos arredores do aeroporto e seguir numa única caravana em direção ao centro de Prudente pela Avenida Coronel Marcondes.

Na Praça da Catedral haverá um ato público. São esperados cerca de mil participantes. Um grupo dos manifestantes será recebido por representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Curadoria do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual.

De acordo com o líder dos sem-terra José Rainha Júnior, a principal reivindicação é a retomada dos assentamentos na região que estão parados por falta de licença ambiental. Seis áreas destinadas pelo governo estadual para a reforma agrária encontram-se nessa situação, segundo ele.

PROJETO DE LEI - Outro objetivo da manifestação, diz Rainha, é protestar contra o projeto de lei do governador de São Paulo, José Serra (PSDB), que propõe a regularização das áreas com mais de 500 hectares na região do Pontal do Paranapanema.

A proposta, encaminhada no ano passado à Assembléia Legislativa de São Paulo, aguarda votação. Os deputados voltam do recesso no dia 1º. O governo defende o projeto como uma tentativa de solucionar os conflitos fundiários no Pontal. A licença ambiental para novos assentamentos é exigência do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Consema), órgão federal, e os processos tramitam normalmente.

'Punição tem fundamento. Sem-terra fugiram do foco' – Guilherme Scarance – Estado de São Paulo – Nacional – 25/07/2008

O advogado agrarista Augusto Ribeiro Garcia, membro da diretoria da Associação Brasileira de Direito Agrário (ABDO), avalia que a Justiça Federal acertou ao condenar os três sem-terra do Pará ao pagamento de R\$ 5,2 milhões. “A punição tem fundamento”, afirma. “Os sem-terra fugiram do foco da questão fundiária, da reforma agrária.”

O que o sr. acha da punição aplicada aos três líderes do MST?

A punição, do meu ponto de vista, é legal, tem fundamento, em virtude de uma ação que extrapola a finalidade do movimento, a finalidade da reforma agrária.

Sem-terra dizem que a invasão da ferrovia é uma maneira legítima de protestar contra a privatização e o agronegócio. Isso é válido?

Não, porque os sem-terra fugiram do foco, em si, da questão fundiária, da reforma agrária. Estão desvirtuando da sua finalidade.

O MST fala em tentativa de criminalização do movimento. O sr. concorda com essa avaliação?

Embora a Constituição brasileira assegure a liberdade de manifestação do pensamento, quando essa manifestação foge dos princípios democráticos e da ordem social, ele deve ser criminalizado. Não tem caráter pacífico.

No direito agrário, há algo específico sobre movimento social, invasão de terra, que permita analisar até que ponto esse tipo de ação é um protesto ou um crime?

Não, não tem. Toda a legislação agrária brasileira está dentro dos princípios democráticos, centralizados em associações, cooperativas, condomínios. Existe todo um formalismo legal que deve ser obedecido.

O MST vê pressão crescente sobre movimentos sociais.

Está na Constituição. O artigo 5.º, em seu inciso 22, garante o direito de propriedade. No inciso 23, diz que a propriedade obedecerá à sua função social. Quando a propriedade deixa de cumprir a sua função social, o Estado vem e desapropria - desapropria, não expropria. A terra, enquanto estiver sendo produtiva, está protegida pela Constituição. Se for improdutiva, cabe ao Estado ir lá e desapropriar. Passar na frente do Estado não.

'Trabalhador rural não terá nunca como pagar' – Guilherme Scarance – Estado de São Paulo – Nacional – 25/07/2008

O advogado Aldo Asevedo Soares, ex-superintendente do Incra em Goiás, mestre em direito agrário e presidente do Instituto Goiano de Direito Agrário, acha que a Justiça Federal do Pará aplicou uma punição impossível de ser cumprida. “Líder sem-terra nunca teve condição para pagar uma multa dessa.”

O que o sr. acha da punição aplicada aos três líderes do MST? É a aplicação de uma multa impossível. Trabalhador rural não terá nunca a possibilidade de pagar. Líder sem-terra nunca teve condição financeira para pagar uma multa dessa. O juiz deveria tentar raciocinar sob outro aspecto.

Como deveria ser vista a questão? Julgar qualquer decisão é difícil, afinal não conheço os detalhes do processo. Mas, sob o aspecto jurídico, vê-se a impossibilidade de cumprimento de uma sentença dessa.

Em tese, o sr. acha válido o argumento do MST de paralisar a ferrovia da Vale para chamar a atenção para as reivindicações dos movimentos sociais? Sim. É uma forma de pressionar o governo, as autoridades, para a melhor distribuição da terra.

Como um advogado do MST poderia justificar esse tipo de ação? A luta é pela função social da propriedade, apregoada na Constituição. Se é nesse aspecto, não há nenhuma margem de penalização.

O MST denuncia a crescente criminalização dos movimentos sociais. O sr. concorda com essa idéia? A avaliação é verdadeira. Estão querendo criminalizar os movimentos sociais para florescer a força do agronegócio, do latifúndio.

Os movimentos cometem abusos? Sim.

O que o sr. considera abuso? Destruir laboratório, por exemplo. É um abuso invadir o Congresso e quebrar computadores, como já aconteceu. Esses abusos devem ser combatidos. Mas é uma categoria muito grande, há pessoas no movimento que só estão preocupadas em fazer baderna. Há erros, como em qualquer categoria, como a dos médicos, dos advogados.

Isso é tendência no movimento? Não. De modo geral, a tendência é de se buscar cumprir a função social da propriedade.

Líderes sem-terra levam multa de R\$ 5,2 mi – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 25/07/2008

Três lideranças do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e do MTM (Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração) foram condenadas pela Justiça Federal em Marabá (PA) a pagar, juntas, R\$ 5,2 milhões por descumprirem uma ordem judicial e invadirem em abril a Estrada de Ferro Carajás, da Vale, no sudeste do Pará.

Luís Salomé de França e Raimundo Benigno, do MTM, e Erival Carvalho, do MST, foram as únicas pessoas responsabilizadas pela invasão, que lembrou os 12 anos do massacre de Eldorado do Carajás, quando 19 sem-terra foram mortos por policiais militares.

Eles recorrerão da sentença, que também os condenou a pagar os danos sofridos pela empresa. Esse valor será calculado posteriormente.

Ao entrarem na área da mineradora, impedindo o tráfego de trens, os movimentos sociais descumpriram um interdito proibitório concedido pela Justiça. A proibição estabelecia multa diária de R\$ 3.000 para cada uma das pessoas que a descumprisse. Ela foi deferida em decisão liminar, em fevereiro, pelo mesmo juiz que agora condenou as três lideranças, Carlos Henrique Haddad. "Os fatos relatados pelo oficial de Justiça (...) noticiam a reunião de pessoas, sob a liderança de Luís Salomé de França e Erival Carvalho Martins, no acampamento de onde partiu a invasão à ferrovia, como também o comportamento fugidivo de Raimundo Benigno, que a todo tempo era informado das movimentações que antecederam a invasão, pelo telefone celular", diz o juiz na sentença.

Segundo José Batista, advogado da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e defensor das lideranças, elas não têm patrimônio, "não devem ter nem conta em banco". "A decisão tem amparo legal, mas reflete um comportamento muito duro da Justiça em relação a qualquer movimento que contrarie os interesses da Vale aqui na região", afirmou o advogado.

A **Folha** procurou a empresa, que, por meio de sua assessoria, afirmou que não se pronunciaria sobre a decisão.

MST diz que Rainha não representa o movimento – O Globo – O País – 25/07/2008

SÃO PAULO. O departamento jurídico do MST informou ontem que, apesar de um de seus líderes, José Rainha Junior, fazer campanha para o candidato a vereador da Rocinha Claudinho da Academia usando o nome e a bandeira do movimento, o grupo não tem como entrar com ação contra ele porque não é figura jurídica. Em entrevista para tratar da criminalização dos grupos sociais, a direção do MST afirmou que Rainha foi afastado do movimento por não se submeter às orientações do MST e que "não tem o que fazer" se ele decidiu, "por conta própria", fazer campanha para Claudinho da Academia, na Rocinha.

— O MST não tem o que fazer diante disso. Você vê um monte de gente com bandeira e camiseta do MST. Não cabe ação jurídica porque o MST não tem personalidade jurídica. Não reclamam porque ninguém pode entrar com ação contra o MST, pois o movimento também não pode mover ação contra ninguém — disse o advogado do MST, Aton Fon Filho.

A direção do MST informou ontem que não tem vinculação política com candidatos, partidos políticos ou governos de todas as esferas. No entanto, deu explicações evasivas sobre a participação de Rainha no movimento. Sem explicar se o líder sem-terra foi expulso da organização, um dos coordenadores nacionais do MST, José Batista de Oliveira, disse ontem que Rainha não integra mais a organização. Rainha, porém, está comandando uma marcha do MST no Pontal do Paranapanema e diz que jamais saiu do MST e que não pretende sair.

MST é multado por invadir ferrovia da Vale - O Globo – O País – 25/07/2008

BELÉM. A Justiça Federal em Marabá, no Pará, multou ontem em R\$ 5,2 milhões três líderes sem-terra ligados ao Movimento dos Sem Terra (MST) e ao Movimento dos Trabalhadores da Mineração (MTM), por terem participado de manifestações que interditaram a Estrada de Ferro de Carajás, que pertence à Vale, em abril. Luís Salomé de França, Erival Carvalho Martins e Raimundo Benigno Moreira fizeram parte dos protestos do chamado Abril Vermelho.

Os três têm 15 dias para pagar a multa, que foi calculada com base no descumprimento da ordem judicial que proibia os sem-terra de invadir a ferrovia.

O advogado do MST, Aton Fon Filho, disse ontem que o movimento vai recorrer da decisão. Além da multa determinada pelo juiz Carlos Henrique Bolirido Haddad, os três líderes estão proibidos de voltar a praticar qualquer ato que implique ameaças ao livre trânsito na ferrovia.

Em caso de desobediência, ficarão sujeitos ao pagamento de multa diária no valor de R\$ 3 mil para cada um.

Os três foram considerados responsáveis pela invasão porque, segundo o juiz, “lideraram diversas pessoas na invasão da estrada de ferro e, por essa razão, devem responder pela totalidade dos danos causados como também arcar com a multa imposta”. Os também foram condenados ao pagamento das perdas e danos sofridos pela Vale, mas os valores deverão ser apurados posteriormente.

MST desautoriza Rainha na Rocinha - Cristiane Agostine – Valor Econômico – Política - 25/07/2008

A direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) busca isolar a imagem do líder José Rainha Jr. da organização e nega ter participado das articulações do grupo dele na comunidade da Rocinha (RJ), em ações ligadas ao tráfico de drogas. Ao mesmo tempo, coordenadores do MST tentam evitar a criminalização do movimento com o enquadramento de oito militantes na Lei de Segurança Nacional.

Rainha incentivou a candidatura a vereador do presidente da associação de moradores da favela da Rocinha, Luiz Cláudio de Oliveira (PSDC), como divulgado ontem pelo jornal "O Globo". Claudinho da Academia, como é conhecido, estaria impedindo a entrada de adversários na área e o curral eleitoral teria, segundo denúncias, apoio do tráfico.

A coordenação do MST desvinculou-se de Rainha e disse que "as articulações, pronunciamentos públicos e entrevistas dele na mídia" não são da responsabilidade do movimento. "Ele está afastado há um ano da direção, e não segue a orientação do MST. Não reconhecemos as ações dele", afirmou o integrante da coordenação, José Batista de Oliveira.

O advogado do MST, Aton Fon Filho, afirmou que não pode fazer nada diante das ações de Rainha. "Você vê um monte de gente com bandeira e camiseta do MST e não podemos impedir alguém de usar. Não podemos sair batendo, não podemos fazer nada", disse. Rainha comanda há anos ocupações de terra em São Paulo e apesar de ter sido afastado da direção, é uma das principais lideranças no Pontal do Paranapanema (SP). "O MST não pode mover ação contra ninguém", disse Fon.

Rainha defendeu-se e disse que não sabia da suposta vinculação de Claudinho com o tráfico. "Fui à Rocinha para desenvolver projetos sociais com os trabalhadores, falar sobre o PAC do governo federal. O Claudinho era presidente da associação e eu conversei com ele assim como o presidente Lula, quando foi à Rocinha", comparou. O líder social disse que ajudou a fundar o MST e que "faz o mesmo trabalho em sua comunidade que o MST faz no Brasil". "Sou do movimento, sou militante. Ser liderança social é uma conquista que minha história me deu."

Se por um lado o MST tenta isolar-se da imagem de Rainha, por outro quer evitar que um processo contra oito militantes criminalize o movimento. Nesta semana, pediu ajuda à OEA e à ONU. Organizações sociais como a Justiça Global e a Terra de Direitos, apoiadoras do MST, enviaram aos dois organismos internacionais denúncias sobre repressão, enquadramento de militantes e os relatórios do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul que, segundo a entidade, tentariam "dissolver a organização dos trabalhadores."

O Ministério Público Federal em Caraizinho (RS) acusa os trabalhadores rurais de crimes contra a Lei de Segurança Nacional, que define os crimes contra a ordem política e social. A lei foi promulgada na ditadura. "As pessoas foram processadas porque são do movimento. Isso pode levar à criminalização de todo o MST", criticou Fon. "Se permitirmos a criminalização há riscos de abrir precedente para outros movimentos populares", disse Oliveira.

Ontem, outro problema atingiu o MST. A Justiça Federal de Marabá condenou líderes da entidade no Pará a pagar R\$ 5,2 milhões à Vale do Rio Doce, pela interdição da ferrovia de Carajás, em abril. Durante a invasão, foram incendiados dormentes da ferrovia, cabos de fibra ótica e de energia cortados e trilhos levantados. O MST vai recorrer e a Vale não comentou a decisão. **(Com agências noticiosas)**

Os sem-terra em Genebra – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/07/2008

“Se o governo não nos ouvir, vamos usar nossas táticas, que todos conhecem.” Há um equívoco nessa frase do coordenador nacional de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Gilmar Pastorio, um dos seis representantes de “movimentos sociais” do setor rural que foram a Genebra acompanhar as negociações da Rodada Doha. O erro está na condicional “se o governo não nos ouvir”, pois, mesmo que o governo as ouça - como tem feito invariavelmente -, essas entidades assemelhadas ao MST continuarão a usar, à exaustão, as táticas que todos conhecemos muito bem.

E que táticas são essas? São o desrespeito sistemático à lei: o esbulho possessório, a depredação de sedes de fazendas produtivas, a matança de animais, a destruição de material de pesquisa, a colocação de funcionários em cárcere privado, a ocupação de prédios públicos ou de empresas privadas, o bloqueio de rodovias e ferrovias, os saques e vandalismos praticados contra cabines de pedágio e um sem-número de formas de manifestação de violência, contra pessoas e patrimônios. Essa é a substância real desses movimentos.

A declaração do militante da Fetraf teve como pretexto a eventual aceitação, por parte da diplomacia brasileira, de algum acordo no âmbito da OMC sobre a liberalização do comércio agrícola. Entre outros assuntos, discute-se lá a redução das barreiras e subsídios concedidos a produtos agrícolas pelos países ricos - uma forma de protecionismo que tanto prejudica os países em desenvolvimento. Mas a fala do sr. Pastorio em Genebra se aplicaria a qualquer outro assunto. “Estamos aqui para atrapalhar e evitar a qualquer custo que haja um acordo.” É que esses chamados “movimentos sociais” são visceralmente arredios a acordos, pois é do confronto que eles obtêm dividendos políticos, seja aparecendo na mídia, seja levando o governo às cordas.

O governo afirma de pés juntos que aumentou muito o número de assentados e realizou melhorias substanciais nos programas de crédito destinados a eles, construção de moradias e assistência técnica, dentro de seu plano de reforma agrária. Além disso, nunca antes, na História deste país, um presidente da República havia recebido em seu gabinete a diretoria de uma entidade fora da lei, como fez o presidente Lula, que chegou a colocar na cabeça o boné da entidade ilegal. Mas para o MST nada disso vale, pois “as políticas do governo nessa área são tímidas e ineficientes”.

Agora, com as novas ameaças que faz, em razão do acordo que possa surgir na Rodada Doha, o MST e bandos coligados aspiram conquistar o status de grupos de pressão internacionais. Os bonés e bandeiras vermelhas da entidade ainda não apareceram nas sessões plenárias da ONU. Mas esses símbolos certamente serão desfraldados quando o MST cumprir a promessa de levar à Comissão de Direitos Humanos da OEA denúncias sobre as ações iniciadas contra ele pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Até agora impunes por todas as violências que praticaram, os militantes emessetistas classificam como intolerável “criminalização” a cobrança enérgica, que faz o Ministério Público gaúcho, de que sejam punidos os que cometeram o que a legislação define como crime.

Agora, poderão acrescentar à lista a denúncia mais bombástica contra a Justiça Federal de Marabá, no Pará, que, não podendo condenar o MST a pagar uma alta indenização à mineradora Vale, por descumprir decisão judicial que proibira a interdição da ferrovia de Carajás, pelo simples motivo de o MST “não existir” legalmente, encontrou uma forma de não deixar esse “movimento social” sem punição: condenou três de seus líderes, na região, a pagar multa de R\$ 5,2 milhões, dentro de 15 dias. O MST havia fechado a linha férrea por duas vezes, no decorrer de 2007, impedindo o transporte do minério de ferro do Pará até o Porto de Itaquí, no Maranhão. Certamente os líderes condenados - Luis Salomé de França, Eurival Carvalho Martins e Raimundo Benigno Moreira - não terão patrimônio suficiente para arcar com essa indenização. Mas a decisão judicial é uma boa advertência aos líderes emessetistas - de que suas atitudes ilegais porão em risco, inclusive, o patrimônio que tiverem.

MST invade fazenda de Dantas no Pará – Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 26/07/2008

A Fazenda Maria Bonita, localizada em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, foi invadida ontem por mil agricultores ligados ao Movimento dos Sem-Terra (MST). A propriedade pertence ao grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, preso na Operação Satiagraha da Polícia Federal.

O grupo do banqueiro comprou a fazenda do pecuarista paraense Benedito Mutran Filho, que vendeu a ele também as fazendas Cedro e Espírito Santo. As três áreas têm mais de 100 mil cabeças de gado.

Segundo o coordenador estadual do MST, Charles Trocate, a invasão foi um “protesto contra a corrupção do grupo desse banqueiro na região”. A Polícia Militar foi chamada por um gerente da fazenda, mas disse que só por intermédio de ação de reintegração de posse poderia retirar os invasores.

Com foices e enxadas, eles armaram barracos dentro da propriedade, expulsando quem encontravam pela frente, segundo relato de funcionários. O vaqueiro João Pedro dos Santos, que trabalha em uma área vizinha, foi quem chamou a polícia. “Essa turma do MST não é de brincadeira. Quem se mete a besta com eles acaba com a boca cheia de formiga”, comentou Santos.

A Agropecuária Santa Bárbara preparava no fim da tarde de ontem um pedido de reintegração de posse. Segundo Trocate, a intenção dos sem-terra é obter do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a desapropriação não apenas da Fazenda Maria Bonita, mas de outras 15 áreas que teriam sido adquiridas por Daniel Dantas no sul do Pará. “O pessoal do banqueiro que trabalha na fazenda está todo armado, mas não fez nada. Após a chegada da PM, eles seguiram para a sede da fazenda”, disse o coordenador do MST no Estado.

No começo da noite, a direção estadual do movimento informou que dezenas de barracos continuariam sendo construídos. Segundo a PM, os agricultores montaram o centro de suas operações em uma área às margens da rodovia, a 2 quilômetros da sede da fazenda.

A assessoria da Agropecuária Santa Bárbara afirma que a fazenda é a “mais produtiva do Pará” e deve ter sido escolhida pelo MST porque o local “foi alvo de reportagens recentemente”.

Em nota divulgada, a empresa diz que o índice de produtividade é 4,3 vezes superior à média do Estado do Pará, segundo dados deste ano do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “O grau de eficiência do imóvel, conforme as tabelas de ocupação por unidade animal por hectare, é superior a 500%, quando o Incra aceita o mínimo de 100%”, informa a nota, alegando que a área não é passível de desapropriação. A Santa Bárbara se diz a segunda maior organização privada do Pará, gerando mais de 1.600 empregos formais e mais de 10.000 indiretos.

Sem-terra ocupam cartório – Ricardo Rodrigues, José Maria Tomazela e Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 26/07/2008

As comemorações do Dia do Trabalhador Rural foram marcadas em todo o País por ocupações e protestos.

Em Murici, a 59 quilômetros de Maceió, sem-terra ocuparam um cartório em ato contra grilagem de terras em Alagoas. Em Pernambuco, os atos marcaram desocupação das sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Recife e em Petrolina.

A invasão do cartório por trabalhadores rurais sem-terra foi promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). As lideranças disseram que a ocupação foi pacífica e durou até o início da tarde.

Durante a ocupação, os sem-terra lembraram que no ano passado, em “comemoração” ao dia do trabalhador rural, os movimentos camponeses alagoanos ocuparam a fazenda Boa Vista, do deputado federal Olavo Calheiros (PMDB-AL), em Murici, irmão do senador Renan Calheiros, ex-presidente do Senado.

No Recife, o movimento foi contra “o recrudescimento do processo de criminalização dos movimentos sociais”. Apoiado pela CPT e parlamentares, o MST protocolou uma carta de repúdio ao Ministério Público Federal. O ato também marcou a desocupação das sedes do Incra, no Recife e em Petrolina, onde sem-terra estavam acampados desde quarta-feira.

Na Bahia, cerca de 3 mil trabalhadores rurais, segundo cálculos da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), participaram de um ato no Centro Administrativo da Bahia, em Salvador (BA).

No interior paulista, caravanas do MST protestaram em Presidente Prudente. O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, acusou o governo estadual de recuar do anunciado propósito de regularizar as terras do Pontal do Paranapanema, principal zona de conflito agrário do Estado. “O projeto de lei foi enviado há mais de um ano em regime de urgência e não avançou”, criticou. O governo informou que o calendário de votação cabe à Assembleia Legislativa.

O Ministério Público do Rio Grande do Sul e o Ministério Público Federal não querem “criminalizar” o Movimento dos Sem-Terra (MST), mas também não deixarão de responsabilizar quem transgredir a lei. A explicação foi dada ontem pelo procurador-geral de Justiça do Estado, Mauro Henrique Renner, e pela procuradora da República Patrícia Muxfeldt, um dia depois de o MST e outras 12 entidades terem anunciado que encaminhariam à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização das Nações Unidas (ONU) uma denúncia contra o que seria a tentativa de caracterizar o movimento como uma organização criminosa de caráter paramilitar.

A queixa dos sem-terra e seus aliados refere-se a uma série de processos que o MST sofre no Rio Grande do Sul. Uma das ações, movida pelo Ministério Público Federal, tenta enquadrar oito sem-terra na Lei de Segurança Nacional. Outras quatro, movidas pelo Ministério Público Estadual, forçaram o MST a desmontar dois acampamentos que mantinha em terrenos cedidos contíguos à Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, e impedem que seus integrantes se aproximem a distâncias menores de dois quilômetros de outras três fazendas. Além disso, os sem-terra reclamam de uma resolução do Conselho Superior do MPE/RS que propôs a abertura de uma ação para dissolver o MST em dezembro do ano passado. O trecho que falava na extinção foi retirado pelo próprio conselho em abril deste ano, mas já tinha orientado as ações que impedem as incursões dos sem-terra às quatro fazendas. “Compreendemos que o MST tem o direito de buscar apoios à sua causa até no exterior, mas queremos que compreendam que o Ministério Público não muda a posição de responsabilizar quem quer que seja quando entra no campo da ilegalidade”, comentou Renner. O procurador-geral de Justiça reiterou que considera o MST “plenamente legítimo”, com a ressalva de que suas manifestações devem ficar dentro da lei.

O discurso da procuradora da República Patrícia Muxfeldt é semelhante. Em nota distribuída à imprensa, ela afirmou que o MPF defende manifestações pacíficas e empenha-se pela reforma agrária. Segundo Patrícia, a denúncia oferecida contra oito líderes do MST foi motivada exclusivamente pela prática de atos lesivos ao estado democrático de direito, sem qualquer intuito de criminalização dos movimentos sociais. O caso mais polêmico é o da Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, área de 7 mil hectares, produtiva, invadida nove vezes a partir de acampamentos que o MST montou em dois terrenos lindeiros, arrendados por integrantes do movimento. Desde 2004, a família Guerra, proprietária da área, não sofreu apenas com as ocupações. Atribui aos sem-terra o incêndio de caminhões e o furto de animais, entre outros atos que geraram mais de cem ocorrências policiais.

A tática de guerrilha usada pelo MST, a formação de linhas de defesa com trincheiras e bambus pontiagudos, montadas para indicar que haveria resistência a desocupações - o que acabou não ocorrendo - e a presença de um líder de sotaque espanhol identificado como Hugo Castelhana levaram o coronel Waldir Cerutti, da Brigada Militar (a polícia militar gaúcha) a elaborar, em 2006, um relatório em que afirmava que os sem-terra queriam criar um “território liberado”, interligando todos os assentamentos, a exemplo dos controlados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) naquele país. A tese foi investigada pela Polícia Federal, que não encontrou evidências do que dizia o coronel.

Sem-terra invadem fazenda do grupo de Dantas no Pará – João Carlos Magalhães –
Folha de São Paulo – Brasil – 26/07/2008

Denúncias de lavagem de dinheiro contra banqueiro motivaram ação, diz líder do MST - Cerca de mil agricultores participaram do ato que teve início na madrugada de ontem; reintegração de posse ainda não foi pedida

Cerca de mil integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram ontem, no sudeste do Pará, uma fazenda da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, empresa do grupo Opportunity, de Daniel Dantas.

O movimento afirma que a área é do Estado e foi irregularmente comprada com dinheiro público desviado pelo grupo.

Chamada de Maria Bonita, a fazenda de criação de gado tem 3.500 hectares, fica em Eldorado do Carajás (PA) e é uma das 43 aquisições feitas pela empresa na região desde 2005. A invasão começou por volta das 5h30 de ontem. Cantando a marchinha "Acorda, Maria Bonita", numa ironia ao nome do lugar, os trabalhadores rurais, vindos de cidades como Parauapebas e Xinguara (ambas no Pará), cortaram a cerca que separa a propriedade da PA-150 e armaram suas barracas às margens da rodovia.

Não houve agressões, mas, pela manhã, segundo os sem-terra, funcionários da empresa estiveram no acampamento e ensaiaram tirá-los à força.

"O gerente [da fazenda] estava armado", afirmou Charles Trocate, um dos líderes dos invasores -que, por sua vez, portavam facões e machados. "Por enquanto, as coisas estão um pouco tensas lá", disse Airton Pereira, da CPT (Comissão Pastoral da Terra), que visitou o local. Policiais militares estiveram no acampamento e monitoram a situação.

"Houve uma somatória de fatores [para a ação]", disse Trocate. "Primeiro, devido às denúncias de lavagem de dinheiro por parte do Daniel Dantas; segundo, porque a reforma agrária só é feita quando os trabalhadores vão para o front e ocupam as terras", afirmou.

De acordo com Maria Raimunda César, da coordenação do MST no Pará, o movimento cogitava desde março deste ano invadir alguma das fazendas da empresa no Estado.

A invasão ocorre também para comemorar o Dia do Trabalhador Rural (25 de julho) e para protestar contra uma suposta onda de "criminalização" dos movimentos sociais, diz o MST.

Até a conclusão desta edição, ainda não havia sido pedida a reintegração de posse da fazenda. Segundo dados apresentados pela empresa, a unidade tem uma produtividade acima da média do Estado.

Indícios - A Maria Bonita é uma das cinco fazendas que a Santa Bárbara comprou, há quase três anos, de Benedito Mutran Filho, então um dos maiores pecuaristas do Pará. Segundo a Folha revelou nesta semana, há indícios de irregularidades na aquisição dessas terras, pois elas eram aforadas -propriedades do Estado cedidas para colonização e extrativismo.

Assim, só poderiam ter sido vendidas com autorização do Iterpa (Instituto de Terras do Pará), o que o governo paraense disse não ter ocorrido. O ex-proprietário e a Santa Bárbara afirmam que as aquisições foram legais. O caso é investigado pela Procuradoria do governo de Ana Júlia Carepa (PT).

A empresa também aparece como suspeita de lavar dinheiro do Opportunity no inquérito da Operação Satiagraha da Polícia Federal. A empresa nega que tenha tido essa função. **Com EDINALDO SOUSA, colaboração para a Agência Folha, em Eldorado do Carajás (PA)*

Agropecuária repudia invasão e afirma que fazenda é "a mais produtiva do Pará" – Folha de São Paulo – Brasil – 26/07/2008

Em nota de repúdio à invasão da Fazenda Maria Bonita, a Agropecuária Santa Bárbara Xinguara afirmou que a propriedade é a "mais produtiva do Pará" e que por isso ela não deve ser desapropriada.

Segundo a nota da empresa, a área tem um "índice de produtividade 4,3 vezes superior à média do Estado do Pará, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), publicados no Anualpec 2008". "O Grau de Eficiência (GEE) do imóvel, conforme as tabelas de ocupação por unidade animal (UA) por hectare, é superior a 500%, quando o Incra aceita o mínimo de 100%. Portanto, a Fazenda Maria Bonita é extremamente produtiva e não é passiva de desapropriação", afirmou a empresa.

A nota diz também que a Santa Bárbara é a "segunda maior organização privada do Estado do Pará" e que ela gera mais de 1.600 empregos formais e outros 10 mil indiretos.

A empresa, que pertence ao grupo Opportunity, afirma ter como objetivo "o compromisso de ser a organização mais eficiente do mundo no ramo pecuário, primando pela profissionalização, inovação, melhoramento genético e uso de alta tecnologia, buscando alta produtividade e respeito ao meio ambiente, além de dar dignidade aos empregados rurais e comunidades vizinhas". Em nota anterior, a empresa já havia negado que a aquisição da fazenda tenha sido ilegal ou feita por meio de recursos desviados dos cofres públicos.

A agropecuária se disse, na ocasião, "inconformada" com essas suspeitas. Segundo o texto, a empresa comprou as terras do fazendeiro Benedito Mutran Filho com a autorização e o conhecimento do governo estadual, o que validaria o negócio.

MST invade fazenda produtiva de Daniel Dantas - Henrique Gomes Batista – O Globo – O País – 26/07/2008

ELDORADO DO CARAJÁS (PA). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiu ontem a Fazenda Maria Bonita, em Eldorado do Carajás, uma das unidades produtivas da Agropecuária Santa Bárbara, empresa do banqueiro Daniel Dantas, no Sul do Pará.

Cerca de 1.200 pessoas, incluindo mulheres e crianças, acampam na propriedade, às margens da rodovia PA-150. O objetivo do grupo é, além de lutar pela reforma agrária, protestar contra a concentração de terras nas mãos de Dantas.

Segundo Raimundo, do MST, que não divulga o nome completo para evitar problemas com autoridades, esta será uma ocupação permanente. Ele disse acreditar que, em até 20 dias, cerca de 3.000 famílias estarão no local. O grupo escolheu a fazenda justamente por ser uma propriedade de Dantas próxima do local do massacre de Eldorado do Carajás, que, em 17 de abril de 1996, deixou 19 membros do movimento mortos.

— Precisamos dar um basta contra Daniel Dantas, que está invadindo todas as terras, e comprando as propriedades com dinheiro sujo — afirmou Raimundo.

Ele disse que a ocupação faz parte de uma série de invasões programadas nacionalmente pelo MST, em comemoração ao Dia do Trabalhador Rural, que foi ontem. Segundo os presentes, a ocupação foi tensa, porém sem confrontos. O grupo entrou na fazenda entre 5h e 6h. Minutos depois, cerca de 20 seguranças da fazenda, segundo relataram os manifestantes, apareceram armados e encapuzados. Um deles, segundo os sem-terra, saiu com arma na mão e, de tão nervoso, a deixou cair na seqüência.

A situação só se acalmou quando a polícia chegou, 30 minutos depois.

Segundo o MST, os seguranças da fazenda retiraram os capuzes ao avistarem a chegada do carro da polícia.

— A ocupação estava sendo planejada há muito tempo, não foi a prisão de Dantas que influenciou — disse Raimundo.

Ele afirmou que ainda não está decidido o tamanho da área que o movimento ocupará na fazenda e nem se o grupo tentará obter o controle da sede da propriedade. Mas afirmou que o movimento pretende fazer novas invasões em propriedades de Dantas.

Grupo de Dantas repudia ocupação de fazenda no PA – O Globo – O País – 26/07/2008

Ao contrário do que alega MST, terra é produtiva e legal, diz A Agropecuária Santa Bárbara, de Daniel Dantas, repudiou, por meio de nota, a invasão da Fazenda Maria Bonita pelo MST e negou que a propriedade tenha sido comprada ilegalmente, como acusam os sem-terra. “A Fazenda Maria Bonita (Eldorado do Carajás, PA), invadida pelo MST, é a fazenda mais produtiva do Estado do Pará, com índice de produtividade 4,3 vezes superior à média do estado, segundo dados do IBGE, publicados no Anualpec 2008”, diz a nota

O MST alegou que a área pertence ao estado e, por isso, sua venda era proibida. “Resolvemos ocupar uma das fazendas até então tidas como do grupo Santa Bárbara por entendermos que lugar de ladrão é na cadeia e as terras públicas são para a reforma agrária”, afirma, por escrito, Ulisses Manaças, da direção nacional do MST no Pará.

Em Alagoas, integrantes do MST, do Movimento de Libertação dos Sem Terra e da CPT ocuparam o cartório de Murici para relembrar a ocupação da Fazenda Boa Vista, dos irmãos Renan e Olavo Calheiros. O advogado do MST, Aton Fon Filho, disse que o movimento recorrerá da decisão da Justiça do Pará em que três integrantes do grupo são obrigados a pagar multa de R\$ 5,2 milhões por invadir a estrada de ferro da Vale.

OPERAÇÃO SATIAGRAHA ACIRRA DIVISÃO NA PF

página 26

Dirigente do Ibama deu motosserras a camponeses – Evandro Éboli – O Globo – O País
– 27/07/2008

BRASÍLIA. Uma auditoria feita pelo Ibama constatou que a gestão de Oswaldo Luiz Pittaluga à frente da superintendência do órgão em Rondônia é cercada de irregularidades. Petista de carteirinha e no cargo desde o início do primeiro governo Lula, Pittaluga doou madeira ilegal apreendida e equipamentos, como tratores, beneficiando movimentos sociais.

A doação imprópria que mais chama a atenção foi a de 36 motosserras, duas serrarias e geradores para o Movimento Camponês Corumbiara (MCC), instalado dentro de um assentamento florestal.

O relatório de auditoria, ao qual o GLOBO teve acesso, conclui ainda que Pittaluga fez uma doação, para a Polícia Civil do estado, de madeiras em toras avaliadas em R\$ 216,7 mil, o que é ilegal. Pelas normas do Ibama, quando o valor do bem alienado for superior a R\$ 50 mil, a competência de doar é exclusiva do presidente do Ibama. “Recomendamos que este fato seja levado ao conhecimento do sr. presidente do Ibama (Roberto Messias) para verificar a possibilidade de manter a doação ou que decida sobre a abertura de procedimento administrativo disciplinar”, diz trecho do documento, assinado por quatro auditores do Ibama.

MCC promoveu invasão que resultou em mortes

O Movimento Camponês Corumbiara é uma dissidência do MST e foi o responsável pela ocupação da fazenda Santa Elina, em agosto de 1995, em Corumbiara, que resultou num massacre e mortes de sem-terras.

A auditoria concluiu que Pittaluga favoreceu o movimento e descumpriu uma série de critérios de doação de bens apreendidos. “Ficou demonstrado no presente relatório indícios fortes de que os atos e procedimentos administrativos praticados pelo superintendente estão em desacordo com as legislações que disciplinam a doação de bens patrimoniais”.

Os auditores afirmam ainda que a doação das motosserras e das serrarias feitas por Pittaluga foram “dirigidas” e que, em vários processos, o doador (Ibama) e o donatário (entidade beneficiada com a doação) não prestam qualquer conta do uso dos bens.

Segundo uma das denúncias, Pittaluga doou, por sua conta, e sem apresentar todo o processo legal de doação, uma série de bens para o assentamento Joana D’Arc. Em outro processo considerado irregular, ele doou uma série de bens, incluído um trator, para a Associação dos Camponeses de Rondônia (Acer), ligada ao MCC, que aparece como depositário fiel. Os auditores levantam a suspeita de que a associação não se enquadra como entidade que deve ser beneficiada por doação de bens apreendidos.

Pela lei, a doação deve ser feita para instituição científica, hospitalar, penal, militar ou com fins beneficentes.

Pittaluga negou que tenha cometido irregularidades, mas admitiu que pode ter sido induzido a erro pela comissão de doação, formada por servidores de carreira do Ibama.

— Infelizmente, foi um processo mau conduzido — disse Pittaluga.

O superintendente afirmou que os assentados do MCC não vão desmatar a floresta com as motosserras, porque todos têm cursos de manejo florestal. Pittaluga disse também que agilizou as doações para evitar que os bens apreendidos apodrecessem nos pátios.

Agora a questão é ambiental - Henrique Gomes Batista – O Globo – Economia – 27/07/2008

A próxima dor-de-cabeça do banqueiro Daniel Dantas, sócio do Opportunity, será a questão ambiental, ligada principalmente à empresa Agropecuária Santa Bárbara, braço de agronegócio do grupo. Trabalhadores das fazendas Espírito Santo, em Xinguara, e Cedro, em Marabá, afirmaram ao GLOBO que há plantações de cana-de-açúcar nessas unidades e em outras terras do Opportunity no Sul do Pará, visando ao lucrativo e em expansão mercado do etanol. De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do estado, no entanto, a empresa não tem nem nunca pediu licenciamento ambiental para esse tipo de cultivo.

As duas fazendas somam pouco mais de dez mil hectares. Os trabalhadores, que pediram para não ser identificados por temer represálias, informaram ainda que a plantação de cana é uma das estratégias do Opportunity na região. Essa orientação consta dos planos de negócio repassados a alguns funcionários das fazendas, segundo os relatos colhidos pelos repórteres.

A Agropecuária Santa Bárbara negou, por meio de sua assessoria, que plante cana-de-açúcar nas propriedades do Pará. O fazendeiro Benedito Mutran Filho, que vendeu ao menos cinco propriedades ao grupo de Dantas, também afirmou desconhecer a existência do cultivo na região.

Os repórteres do GLOBO, porém, encontraram canaviais às margens da rodovia PA-150, embora não seja possível precisar em qual fazenda.

Sema: fortes indícios de problemas

O procurador-geral do estado do Pará, Ibrahin José Rocha, afirmou que o governo do Pará desconfia de irregularidades ambientais como a relacionada à cana-de-açúcar nas terras de Dantas.

Por isso, o tema da suposta compra irregular de terras merecerá uma apuração paralela. — Esta (a investigação de passivos ambientais) será fruto da nossa investigação fundiária. Até porque temos fortes indícios de problemas ambientais (nas propriedades de Daniel Dantas) — disse.

A Sema informou que o licenciamento é necessário para o cultivo de cana-de-açúcar porque a colheita é precedida por queimadas, que têm entre seus objetivos aumentar a concentração de açúcar, o que eleva a produtividade da safra. É preciso haver controle estrito, especialmente em área de floresta, alega a autoridade.

Por isso, há necessidade de autorização prévia.

Opportunity tentava vender terras O órgão ambiental informou ainda que a prática da Agropecuária Santa Bárbara — de acordo com o relato de seus funcionários — é muito comum no estado. O produtor rural inicia uma atividade no campo e vai à Sema apenas para “legalizá-la”.

Isso ocorre porque, muitas vezes, se o pedido fosse formulado antes da atividade, ele seria negado.

O órgão esclarece que não existe uma tabela de multas ambientais. O valor só é definido se houver condenação do produtor, depois de todo o processo administrativo. Segundo a Sema, o órgão pode aplicar as multas previstas na Lei de Crimes Ambientais, que podem chegar a R\$ 50 milhões.

Além da cana, o braço de agronegócios do Opportunity estava planejando vender títulos de preservação de floresta, segundo conclusões da Polícia Federal na Operação Satiagraha, conforme mostrou O GLOBO há duas semanas.

Gravações telefônicas autorizadas pela Justiça confirmam que Bernardo Rodemburgo, filho de Carlos Rodemburgo, ex-cunhado de Dantas e principal executivo das atividades agropecuárias do grupo, negociava com grupos europeus a venda de títulos.

Segundo o site da instituição negociadora, pessoas poderiam comprar um acre de floresta preservada a US\$ 250, ou ainda presentear outras pessoas com esses títulos. Nas ligações, Bernardo é explícito ao afirmar que o grupo possui muitas terras na Amazônia.

COMPRA DE FAZENDAS DE DANTAS PODE CAUSAR PREJUÍZOS DE R\$ 500 MILHÕES, na página 30

Caldeirão de revolta Concentração de terras por Daniel Dantas provoca reação do MST

REDENÇÃO e ELDORADO DOS CARAJÁS (PA). A ocupação, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Fazenda Maria Bonita, em Eldorado dos Carajás, sexta-feira, foi só um indício de que a concentração de terras em mãos de Daniel Dantas aumentou a tensão social no Sul do Pará.

Para os movimentos sociais locais, não pode haver equilíbrio onde há 80 mil sem-terra e uma empresa que concentra meio milhão de hectares — quase o tamanho dos 20 municípios do Grande Rio —, empregando 1.600 pessoas.

Para um dos integrantes da ocupação de sexta-feira, Raimundo do MST (que não quis dizer seu sobrenome), a tensão é a pior dos últimos dez anos: — Quem nos conduz à ocupação não são os nossos pés, são os pés dos nossos filhos. Dantas está se apropriando de tudo, temos que acabar com isso.

A região foi palco do mais sangrento confronto fundiário do país: o massacre de 19 pessoas em Eldorado dos Carajás, em 1996. Os sem-terra se revoltam contra a aquisição de terras por Daniel Dantas, pois algumas são consideradas públicas pelo estado.

Para Jailton Bezerra, do MST, as desigualdades mantêm o movimento forte.

Diante do memorial das vítimas do massacre, ele diz que a lembrança das mortes incentiva o engajamento dos jovens: — Quando passamos aqui, lembramos que não lutamos em vão.

Também há queixas de tratamento desigual. O Acampamento Sardinha, que a Liga dos Camponeses Pobres mantém há um ano e meio em Redenção, com 70 famílias, nunca foi visitado pelo Iterpa, o Incra local.

— Não podemos produzir nada, o pessoal do meio ambiente não deixa a gente mexer em um graveto. Mas amigos que trabalham nas fazendas da Santa Bárbara contam que estão derrubando árvores, que compraram tratores para isso — acusa Edmar Souza, da Liga.

Os moradores esperam, a qualquer instante, novas invasões às propriedades da Agropecuária Santa Bárbara, braço agrícola do Opportunity. Eles contam que nos últimos dias aumentou o número de policiais na região. (Henrique Gomes Batista, enviado especial)

A aquisição de terras por estrangeiros no país - Márcio Mattos de Oliveira – Valor Econômico – Legislação e Tributos - 28/07/2008

Não restam dúvidas de que a discussão em torno da internacionalização das terras no Brasil é uma questão imperativa na agenda nacional. No entanto, como tudo o que envolve a presença de estrangeiros no país, de alguma forma costuma trazer consigo o peso do ufanismo, herdado da era Vargas, dos movimentos sindicais, e do regime militar das décadas de 60 a 80.

O romantismo em torno do tema muitas vezes não nos permite racionalizar de forma pragmática, o que pode se tornar um perigoso aliado na definição do conceito de segurança nacional e da sua conseqüente tutela. O assunto já vem tomando corpo, mas os debates parecem estar sendo prejudicados por conclusões sem embasamento, já que não levam em conta os dados já apresentados pelos órgãos oficiais, como a localização e a área de atuação desses empreendimentos.

A questão precisa ser analisada em conjunto com outros fatores igualmente importantes, como a degradação ambiental desenfreada das áreas rurais, a falta de registro de terras na maior parte do país, as divisas trazidas pela atuação dos estrangeiros na área rural e, finalmente, até onde essa presença alienígena pode comprometer a segurança nacional.

De acordo com os resultados mais recentes apresentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o número de imóveis comprados por estrangeiros no último ano aumentou nas regiões Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Sul e teve uma redução na região Norte. Além disso, dentre as atividades exercidas por estrangeiros estão principalmente a produção de biocombustíveis (etanol) e commodities, geralmente distante da região amazônica, região estratégica do ponto de vista científico e militar.

De acordo com a nossa legislação, a Lei nº 5.709, de 1971, que regula a compra de imóveis rurais por estrangeiros, estabelece que nenhuma pessoa física ou jurídica estrangeira pode ter mais de 50 glebas de terra em área rural, o que, dependendo da região, pode representar até o equivalente a cinco mil hectares. Além disso, a mesma lei estipula que as propriedades em mãos de estrangeiros não podem ultrapassar um quarto dos municípios onde se situem. Outras formas de ocupação por estrangeiros ainda precisam ser reguladas, como o arrendamento ou aluguel, institutos não abrangidos pela legislação, mas que já é tratado em um projeto de lei aprovado em algumas instâncias do Congresso Nacional. Com relação à segurança nacional, o artigo 7º da Lei nº 5.709 vincula a aquisição dessas áreas por estrangeiros ao assentimento prévio pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

O que não pode ocorrer é que tornemos inviável a aquisição de terras por estrangeiros em situações que não firam a segurança nacional, pois tal ato seria de inconstitucionalidade flagrante, tendo em vista a consagração, em cláusula pétrea, do princípio de igualdade entre brasileiros e estrangeiros em nossa Carta Magna. Se as autoridades fiscalizarem essas regiões corretamente não haveria qualquer ameaça com a ocupação de estrangeiros na área rural. Pensar diferente disso seria voltarmos à época em que qualquer investimento estrangeiro no setor produtivo do país era visto como um ataque à nossa soberania, o que mais tarde pudemos verificar ter sido um dos grandes motivos do atraso ao nosso desenvolvimento.

Se todas as leis fossem cumpridas, a entrada de estrangeiros não seria uma ameaça, podendo, inclusive, ser a solução

Existem áreas de até um milhão de hectares nas mãos de proprietários rurais - na maioria brasileiros - que se escondem atrás do anonimato da falta de registro público, e cuja consciência ambiental e social, na maioria das vezes, é nada mais do que uma nota de rodapé. Os números da ocupação de terras brasileiras por estrangeiros nos trazem uma constatação clara: esses investimentos costumam ser sustentavelmente mais benéficos do que as ocupações desenfreadas nas regiões ameaçadas dos nossos principais biomas. Apesar dessas constatações provavelmente causarem arrepios a alguns movimentos de plantão, a presença dos estrangeiros, dentro dos limites legais já existentes, não representa menos ameaça do que a ocupação de áreas na Amazônia Legal por brasileiros sem registro para a atividade pecuária.

Não que não existam estrangeiros que investem em terras irregulares, mas aqueles que realmente têm interesse em investir no país não costumam adotar essa prática. Parece-nos que se está lançando uma cortina de fumaça em torno do fato incontestável de que a grande maioria dos projetos dos investidores estrangeiros costuma ser direcionada a atividades ambientalmente mais sustentáveis do que a maioria da produção de grandes proprietários brasileiros, principalmente na região Norte, que até teve um decréscimo em ocupações desse tipo. Esse fato provavelmente se deve à pressão exercida pelos mercados consumidores daqueles países, que geralmente não vêm com bons olhos os produtos originários do bioma Amazônia.

Se conseguirmos nos distanciar da irresistível sedução que exerce essa dialética da presença de estrangeiros em terras nacionais, concluiremos que o problema é menos a aquisição de terras por estrangeiros do que o anonimato de proprietários rurais que devastam essas regiões com práticas como a utilização de trator-corrente para extração de madeira ou as queimadas, tão comuns no Brasil - o que, mais uma vez, pode garantir por mais tempo a impunidade aos que realmente são responsáveis por essas práticas.

Se todas essas leis fossem cumpridas, a entrada de estrangeiros não seria uma ameaça, podendo, inclusive, ser a solução para a mudança de consciência dos povos da região, já que a grande maioria dos projetos desses investidores costuma ser mais sustentável do que a do processo produtivo utilizado pelos grandes proprietários brasileiros. Isso é um fato inquestionável que ocorre pela própria pressão dos consumidores daqueles países que exigem e cobram dos fabricantes produtos mais sustentáveis. Um consumidor francês ou alemão, por exemplo, se recusa a comprar móveis cuja madeira retirada para a sua fabricação não possua certificação comprovando a sua origem. Essas são atitudes

inibidoras para os investidores estrangeiros, que não querem ter seu nome vinculado a atividades ambientalmente reprováveis nos seus países.

Não podemos cair na armadilha da retórica maniqueísta do bem e do mal, a qual poderia contribuir sobremaneira para um desequilíbrio ambiental no campo, quando nos distanciamos do que realmente interessa para irmos de encontro a dragões quixoteanos produzidos por mentes tomadas por paixões incontroláveis, em uma estória que só se repete.

***Márcio Mattos de Oliveira é advogado especializado em direito ambiental, energia e agronegócio do escritório Pompeu, Longo, Kignel & Cipullo Advogados**

A Universidade do MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações - 29/07/2008

Embora seja uma entidade que não tem existência legal - o Movimento dos Sem-Terra (MST) continua recebendo cada vez mais recursos do governo para a formação de assentados. Quando o presidente Lula tomou posse, em 2003, existiam 13 cursos universitários para assentados, todos na área pedagógica, e 922 alunos matriculados. Hoje são 3.649 estudantes em 49 cursos que vão da agronomia ao direito, passando por ciências sociais e geografia. Com 54 integrantes, a maioria vinculada ao MST, a primeira turma de engenheiros agrônomos, aprovada por um desses cursos, se forma esta semana.

Os cursos para assentados estão subordinados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Esse programa foi criado em 1998 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de “ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados”. Em seus primeiros anos de funcionamento, o Pronera foi dedicado a projetos de alfabetização, ensino fundamental e ensino profissionalizante. A partir de 2003 - no governo Lula - a prioridade foi para o ensino universitário.

Em 2003, o Pronera recebeu R\$ 9 milhões. Em 2008, o programa tem um orçamento de R\$ 54 milhões, dos quais mais da metade é destinada à educação superior. Além desses recursos, o governo repassa R\$ 4 milhões para bolsas de pesquisa. Os cursos para assentados funcionam em condições especiais e suas vagas só podem ser ocupadas por estudantes indicados por comunidades rurais, desde que apresentem atestado do Incra comprovando seu vínculo com a reforma agrária.

Esses estudantes não enfrentam os vestibulares comuns. Não ingressam no ensino universitário por mérito, mas por indicação. E têm um calendário escolar diferenciado, que lhes permite conciliar atividades acadêmicas com atividades no campo.

A maioria também conta com alojamentos especiais e uma ajuda de custo mensal de R\$ 300. Têm privilégios que os outros brasileiros, ricos ou pobres, não têm - simplesmente porque estão alistados no MST.

Cursos de formação técnica para assentados são, decerto, importantes para viabilizar a reforma agrária. Mas a transferência de verbas públicas para entidades sem personalidade jurídica, como o MST, gerirem programas educacionais de nível superior, exclusivos para seus integrantes, é uma aberração. O sistema de ingresso nos cursos, por exemplo,

determina o baixo rendimento do ensino. Daí, conselhos profissionais resistem em conceder registro aos bacharéis egressos de cursos para assentados.

Na cidade gaúcha de Pelotas, a criação do primeiro curso de medicina veterinária para assentados da reforma agrária foi questionada judicialmente pelo Ministério Público Federal, sob a alegação de que viola o princípio da igualdade no acesso ao ensino público. “O assentado não constitui nenhuma categoria jurídica à parte que justifique a criação de cursos exclusivos. Trata-se de um privilégio”, diz o procurador Max Palombo, cuja iniciativa foi apoiada pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul.

Outra crítica diz respeito ao enviesamento ideológico desses cursos. Só professores afinados doutrinariamente com movimentos sociais são convidados para lecionar. Com isso, em vez de oferecer formação técnica de qualidade para assentados, esses cursos visam à doutrinação, formando os militantes políticos do MST.

Ao tentar refutar essa crítica, a pedagoga Maria Cristina Vargas, da coordenação nacional do MST, na prática a confirma. “Como todos os cursos da área rural são voltados para as necessidades dos grandes proprietários, nós queríamos algo mais focado nas necessidades da pequena propriedade.”

Esquece-se que o agronegócio, principalmente no Sul do País, é baseado na pequena propriedade que obtém altos índices de produtividade porque conta com a assistência de técnicos formados nas escolas tradicionais.

O desvirtuamento do Pronera é flagrante e o dinheiro gasto com ele seria mais bem aplicado na expansão dos tradicionais programas de extensão rural, que realmente qualificam o trabalhador rural e que sempre deram bons resultados.

Aliados tentarão blindar estrutura de ensino do MST – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional - 29/07/2008

Organizações de defesa da reforma agrária e seus aliados no Congresso estão se articulando para dar maior segurança jurídica ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Instituído em 1998 por portaria do então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, o programa foi ampliado no governo Lula.

Seu orçamento anual passou de R\$ 9 milhões em 2003 para R\$ 54 milhões neste ano, como mostrou reportagem do Estado publicada domingo. Na área do ensino superior, o número de universidades públicas envolvidas com o programa subiu de 13 para 49 no mesmo período. O temor agora é de que em 2010, com a troca de presidente, o Pronera perca impulso ou até mesmo seja extinto.

O objetivo da articulação, puxada pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), entusiasta e beneficiário do programa, é criar uma espécie de blindagem, transformando-o em política de Estado - com estrutura e orçamento próprios e menos vulnerável a oscilações políticas. O caminho usual seria a apresentação de um projeto de lei, assinado por algum parlamentar, para ser votado no Congresso.

Esse caminho, porém, é muito demorado, segundo o deputado Adão Pretto (PT-RS), aliado do MST. Ele diz que projetos de parlamentares podem levar décadas no Congresso.

O prazo seria encurtado se o presidente da República ou algum de seus ministros assinasse um decreto institucionalizando o Pronera. O documento iria em seguida para o Congresso, onde tramitaria de forma mais rápida, de acordo com explicações do deputado. “Com isso poderíamos garantir a permanência desse programa, que tem propiciado aos filhos de trabalhadores rurais oportunidades de ensino em todos os níveis, de técnico agrícola a agrônomo”, disse ele.

De acordo com José Batista de Oliveira, da coordenação nacional do MST, as entidades da reforma agrária estão preocupadas em garantir a permanência de uma das iniciativas mais democráticas e bem-sucedidas até agora na área da educação rural. Ele destacou que, além de facilitar o acesso à universidade, o Pronera estimula cursos com calendários especiais, que permitem ao aluno estudar sem abandonar completamente suas atividades nos assentamentos.

A coordenadora do Pronera, Clarice dos Santos, disse ao Estado que na sua forma atual o programa pode ser revogado da mesma forma como foi criado, por meio de uma portaria ministerial. “Um programa desse porte necessita de maior estabilidade. Do jeito que está, é muito instável do ponto de vista jurídico”, afirmou. “Um governo que não der muita importância à questão da educação em áreas da reforma agrária pode não revogar o programa, mas matá-lo de inanição, cortando suas verbas.”

Transformado em lei, o Pronera teria fonte orçamentária própria e só poderia ser desmontado por outra decisão do Congresso. “Em dez anos o Pronera já permitiu a formação de 50 mil pessoas - em cursos que vão da alfabetização de adultos e crianças ao nível superior, segundo Clarice.

Falso assentado garante vaga – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional - 29/07/2008

Com base em uma declaração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de que fazia parte do Assentamento Dom Orione, em Betim (MG), o auxiliar administrativo Júlio César Santos, de 31 anos, conseguiu se matricular em um curso de agronomia da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), criado especialmente para assentados. Logo em seguida passou a receber uma bolsa de R\$ 1.300 do Pronera para despesas de alojamento e transporte.

A declaração que lhe facilitou a entrada na escola, porém, era falsa. Ele nunca foi assentado e se beneficiou porque trabalhava como auxiliar administrativo na sede da direção regional do Movimento dos Sem-Terra (MST).

Pelas normas do Pronera, só podem entrar nos cursos especiais assentados ou seus dependentes. Santos decidiu denunciar as irregularidades depois de se indispor com o MST.

Ele não concordou quando líderes do movimento criaram uma associação para administrar os recursos repassados pelo programa. Segundo suas informações, a prestação

de contas passou a incluir despesas com funcionários inexistentes.

Santos assegura que foi excluído do curso porque se insurgiu contra essa situação. Isso o levou a denunciar toda a história ao Ministério Público Estadual, que suspendeu o curso.

Reinaldo Norberto, técnico da Unemat, confirmou a suspensão do curso, mas disse que foi causada pela rejeição de contas pelo Pronera. Por outro lado, o ex-presidente da Associação dos Educandos, Edmar Almeida, disse que Santos foi afastado depois de se constatar que não era assentado. Em Belo Horizonte, o Incra informou que a declaração para a escola é feita com base em informação do próprio assentado.

VETO - Em Iperó (SP), o Instituto Chico Mendes, que administra unidades federais de conservação, vetou o uso das instalações da Floresta Nacional de Ipanema (Flona) para um curso de Agronomia para assentados.

FETRAF-SUL ENVIA A GOVERNADORA DO RS CARTA DE APOIO AO MST - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 30 de junho de 2008

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf Sul/CUT) enviou na sexta-feira(27.06) para a Governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, uma carta manifestando seu repúdio as ações da Brigada Militar ao Ministério Público Federal em relação ao Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). A carta também foi encaminhada ao Procurador Geral de Justiça Dr. Mauro Renner.

O relatório da força militar do RS caracteriza o MST e a Via Campesina como movimentos que deixaram de realizar atos típicos de reivindicação social mas sim atos típicos e orquestrados de ações criminosas. As investigações também foram dirigidas sobre a atuação de deputados estaduais, prefeitos, integrantes do INCRA e supostos estrangeiros.

O relatório final do grupo de *investigadores* merece repulsa de toda a sociedade. Uma das decisões tomadas pelo Ministério Público foi no “ (...) sentido de designar uma equipe de Promotores de Justiça para promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e declaração de sua ilegalidade (...)” O Ministério Público decidiu “ (...) pela intervenção nas escolas do MST a fim de tomar todas as medidas que serão necessárias para a readequação à legalidade, tanto no aspecto pedagógico quanto na estrutura de influência externa do MST.”. “A decisão do Ministério Público ofende o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, especialmente o artigo 22, nº 1. Este pacto foi reconhecido pelo Governo brasileiro através do Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992”, diz o Coordenador Geral da Fetraf-Sul, Altemir Tortelli. A decisão também ofende a Constituição Federal. O artigo 5º, inciso XVII, diz que “é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.”

Tortelli destaca que o MST vem se notabilizando como um dos movimentos sociais mais importantes da nossa história, justamente pela sua opção de luta utilizando a não-violência. “Portanto, queremos que a Governadora receba nosso mais veemente repúdio pela decisão tomada no Conselho Superior do Ministério Público, pelo seu Estado Maior da Brigada Militar e pela decisão do Ministério Público Federal e declaramos nosso apoio à luta do MST”, finaliza Tortelli.

Ministro recebe institutos estaduais de terras – Sítio Eletrônico do MDA – 30/07/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recebeu nesta quarta-feira (30), em Brasília, representantes dos institutos estaduais de terras vinculados à Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terra (Anoter). O presidente da entidade, Francisco Canindé de França, entregou ao ministro o Projeto Federativo de Regularização Fundiária de Agricultores Familiares nos Territórios da Cidadania. Também participou da audiência o secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Ademar Lopes de Almeida.

O projeto propõe a incorporação do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no programa Territórios da Cidadania, lançado pelo Governo Federal em fevereiro deste ano com o objetivo de combater a pobreza rural nos municípios com o menor Índice de Desenvolvimento Humano. “Nosso projeto pretende que os órgãos estaduais de terras possam atuar em convênio com a Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério, garantindo a regularização fundiária em pelo menos um Território da Cidadania em cada estado”, destacou França.

O presidente da Anoter afirmou que ações como o Territórios da Cidadania e o Plano Safra Mais Alimentos 2008/09 são iniciativas “audaciosas e importantes”. Além disso, enfatizou que a regularização fundiária é fundamental para o desenvolvimento do estado brasileiro, pois “tem repercussão econômica e social muito positiva para as famílias do campo. A nossa expectativa, ao propor este projeto, é que o tema da regularização fundiária saia da periferia do debate”.

O ministro Guilherme Cassel afirmou que irá estudar o projeto, junto com a equipe da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério. Ele ressaltou que atuação conjunta do Governo Federal com os institutos estaduais de terras é fundamental para o andamento da regularização fundiária, já que muitas áreas que devem ser regularizadas são estaduais. “Queremos acelerar este trabalho. Tenho, inclusive, mantido contato com vários governadores para que se orientem mais recursos no orçamento dos estados para os órgãos de terras”, disse o ministro.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrjr.br
Sítio eletrônico: www.ufrjr.br/cpda

Apoio



actionaid



ICA

nead

Ministério do Desenvolvimento Agrário

